

CADERNO II

PLANO DE AÇÃO

Índice

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS-----	4
1.1 Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta no Plano Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro -----	4
1.2 Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios -----	5
2. MODELOS DE COMBUSTÍVEL, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS-----	7
2.1. Mapa de Combustíveis Florestais-----	7
2.2. Cartografia de Risco -----	9
2.2.1. Mapa de Perigosidade de Incêndio Rural -----	10
2.2.2. Mapa de Risco de Incêndio Rural-----	12
2.2.3. Mapa de Prioridades de Defesa-----	14
3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI -----	16
4. EIXOS ESTRATÉGICOS -----	21
4.1. 1º EIXO ESTRATÉGICO -----	21
AUMENTO DA RESILÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS-----	21
4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios -----	21
4.1.1.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis-----	21
4.1.1.2. Rede Viária Florestal-----	23
4.1.1.3. Rede de Pontos de Água -----	24
4.1.1.4. Silvicultura no âmbito de DFCCI-----	26
4.1.2. Planeamento das ações -----	27
4.1.2.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis-----	27
4.1.2.3 Regras de Edificação -----	41
4.1.2.3.1 Regras para as edificações existentes-----	41
4.1.2.3.2 Regras para as novas Edificação -----	41
4.1.2.4 – RVF -----	45
4.1.3. Metas e Indicadores, Estimativas de Orçamento e Responsabilidades-----	47
4.2. 2º EIXO ESTRATÉGICO -----	50
REDUZIR A INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS-----	50
4.2.1. Avaliação-----	50
4.2.1.1 Comportamentos de Risco-----	50

4.2.2.1 Fiscalização	51
4.2.2. Planeamento das ações do 2º Eixo Estratégico	52
4.2.2.1. Sensibilização da População	52
4.2.2.2. Fiscalização	57
4.2.3. Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento da Sensibilização e Fiscalização	57
4.3. 3º EIXO ESTRATÉGICO	62
MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS	62
4.3.1. Avaliação	62
4.3.1.1. Vigilância e Detecção	63
4.3.1.2. 1ª Intervenção	65
4.3.1.3. Rescaldo e vigilância pós-incêndio	67
4.3.2. Planeamento das Ações	69
4.3.3. Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento	69
4.4. 4º EIXO ESTRATÉGICO	71
RECUPERAR E REABILITAR ECOSSISTEMAS	71
4.4.1. Avaliação	71
4.4.1.1. Estabilização de Emergência	71
4.4.1.2 Reabilitação de povoamentos e habitats florestais	72
4.4.2. Planeamento	73
4.4.2.1 Estabilização de Emergência e Reabilitação de povoamentos e habitats	73
4.5. 5º EIXO ESTRATÉGICO	77
ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ	77
3.5.1 Avaliação	77
3.5.1.1 Formação	79
3.5.2 Planeamento das Ações	79
3.5.2.1 Organização SDFCI	79

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

A elaboração do PMDFCI deve ter em atenção os diversos planos, de abrangência nacional e regional. Ao nível dos planos de âmbito nacional, o planeamento regional de defesa da floresta contra incêndios desenvolve as orientações nacionais consequentes do planeamento nacional em matéria florestal emanadas da Estratégia Florestal Nacional, do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e do Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI).

A estratégia regional de defesa da floresta contra incêndios é elaborada de acordo com os instrumentos nacionais que foram já enunciados desenvolvendo-se nos programas regionais de ordenamento florestal (PROF), que no caso da área em questão é o PROF TMAD, em outros planos sectoriais e, complementarmente, nos outros instrumentos de gestão territorial de nível regional como os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT).

De realçar também a importância do Plano Diretor Municipal (PDM), sendo este um instrumento definidor da política de ordenamento do território traduzida no respetivo modelo de organização e assente na identificação dos valores e recursos naturais e territoriais.

De acordo com o DL N.º 124/2006 de 28 de junho na sua atual redação, de acordo com o artigo 10.º, os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios são elaborados pela Câmara Municipal em consonância com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e com o respetivo Plano Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

1.1 Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta no Plano Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro

Em linha com a Estratégia Nacional para as Florestas, os PROF assumem a visão para as Florestas Europeias 2020, que considera «Um futuro onde as florestas sejam vitais, produtivas e multifuncionais. No caso do PROF de Trás- os- Montes e Alto Douro (PROF TMAD) agora em vigor, corresponde aos anteriores PROF de Barroso e Padrela, do Douro e do Nordeste Transmontano.

Os programas regionais de ordenamento florestal (PROF) são instrumentos de política setorial de âmbito nacional, nos termos estabelecidos pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual, e desenvolvido pelo Decreto -Lei n.º 80/2015, de 15 de maio, que definem para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços (n.º1 do artigo 1.º, do regulamento do programa regional de ordenamento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro).

O PROF de Trás- os- Montes e Alto Douro abrange os territórios englobados nas regiões NUTS de nível III.

O concelho de Tabuaço encontra-se abrangido no PROF TMAD, por duas sub-regiões homogéneas: Douro e Beira Douro.

O PROF de Trás- os- Montes e Alto Douro tem um período máximo de vigência de 20 anos (art.º 42.º), contados a partir da data da sua publicação e pode ser sujeito a alterações intermédias, sempre que ocorra qualquer facto relevante que as justifique (n.º 2 do art.º 43.º).

1.2 Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O PNDFCI define, como um dos objetivos primordiais, o reforço da organização de base municipal, onde serão consolidadas e integradas as diferentes ações de prevenção e proteção da floresta, através da elaboração e execução do PMDFCI, considerando-o como “um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas”.

O PMDFCI, da competência da Comissão Municipal de Defesa da Floresta pretende ser ainda um instrumento orientador das diferentes ações, políticas e orientações das diversas entidades que compõem a CMDF.

O PMDFCI deve encontrar-se enquadrado nas políticas para o setor definidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), no Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI) e ainda ter em conta os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios dos Concelhos Limítrofes e Orientações Estratégicas para a Recuperação das áreas ardidas.

Tendo em vista a prevenção e combate dos incêndios florestais torna-se necessário um trabalho urgente de planeamento e ordenamento da floresta pelo que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios constituirá uma base de trabalho e auxílio importante para se atingir esse desiderato. Para que o sucesso seja alcançado, o PMDFCI terá de ter em conta também os concelhos limítrofes, pelo que as ações previstas de realizar terão de estar de alguma forma ligadas aos concelhos vizinhos dando continuidade por exemplo à rede primária e rede viária florestal.

Os incêndios florestais têm reduzido nos últimos anos grande parte da riqueza produzida pelas florestas. Por este motivo, o principal desafio no setor florestal a curto prazo é o da redução dos riscos associados aos incêndios, e um dos grandes objetivos da Estratégia Nacional para as Florestas, que, sustentada por um conjunto de diplomas, concretiza uma série de medidas enquadradas em cinco eixos estratégicos, que suportam a política de Defesa da Floresta Contra Incêndios, operacionalizada através do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e pelo PMDFCI a nível municipal.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Tabuaço, estabelece objetivos, prioridades e intervenções a realizar para alcançar as metas definidas tendo por base os cinco eixos com objetivos estratégicos que se mostram de seguida.

Objetivos estratégicos
1º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas
2º Eixo Estratégico - Redução da incidência dos incêndios
<i>- Assenta na necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida esta como o conjunto das atividades que têm por objetivos reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, ou seja, que atua em duas vertentes principais, o controlo das ignições e o controlo da propagação.</i>
Sensibilização e educação escolar
Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações
3º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios.
<i>- Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate aos incêndios nascentes, porque, só assim, se evitarão grandes incêndios.</i>
Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção.
Adequação da capacidade de 1ª Intervenção
Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo
4º Eixo Estratégico - Recuperar e reabilitar os ecossistemas
Recuperar e reabilitar os ecossistemas
5º Eixo Estratégico - Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz
Operacionalização da CMDF

2. MODELOS DE COMBUSTÍVEL, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

2.1. Mapa de Combustíveis Florestais

A Carta dos Combustíveis Florestais é uma importante ferramenta de apoio ao planeamento, prevenção e combate aos incêndios florestais. A elaboração desta carta assenta na comparação das diferentes comunidades vegetais para os caracterizar sistematicamente relativamente à sua inflamabilidade, combustibilidade e carga de combustível que são as características que mais influenciam o fogo:

Carga de combustível

A carga de combustível esta relacionada com a quantidade de material disponível para a combustão. Dos quatro estratos de vegetação (arbóreo, arbustivo, herbáceo e folhada), os três últimos são os que contribuem diretamente para a carga de combustível. O estrato arbóreo contribui indiretamente com a folhada do solo e as raízes. A carga de combustível e a sua distribuição espacial, traduzido no grau de continuidade vertical e horizontal, são as características do combustível que influenciam o comportamento do fogo.

Combustibilidade

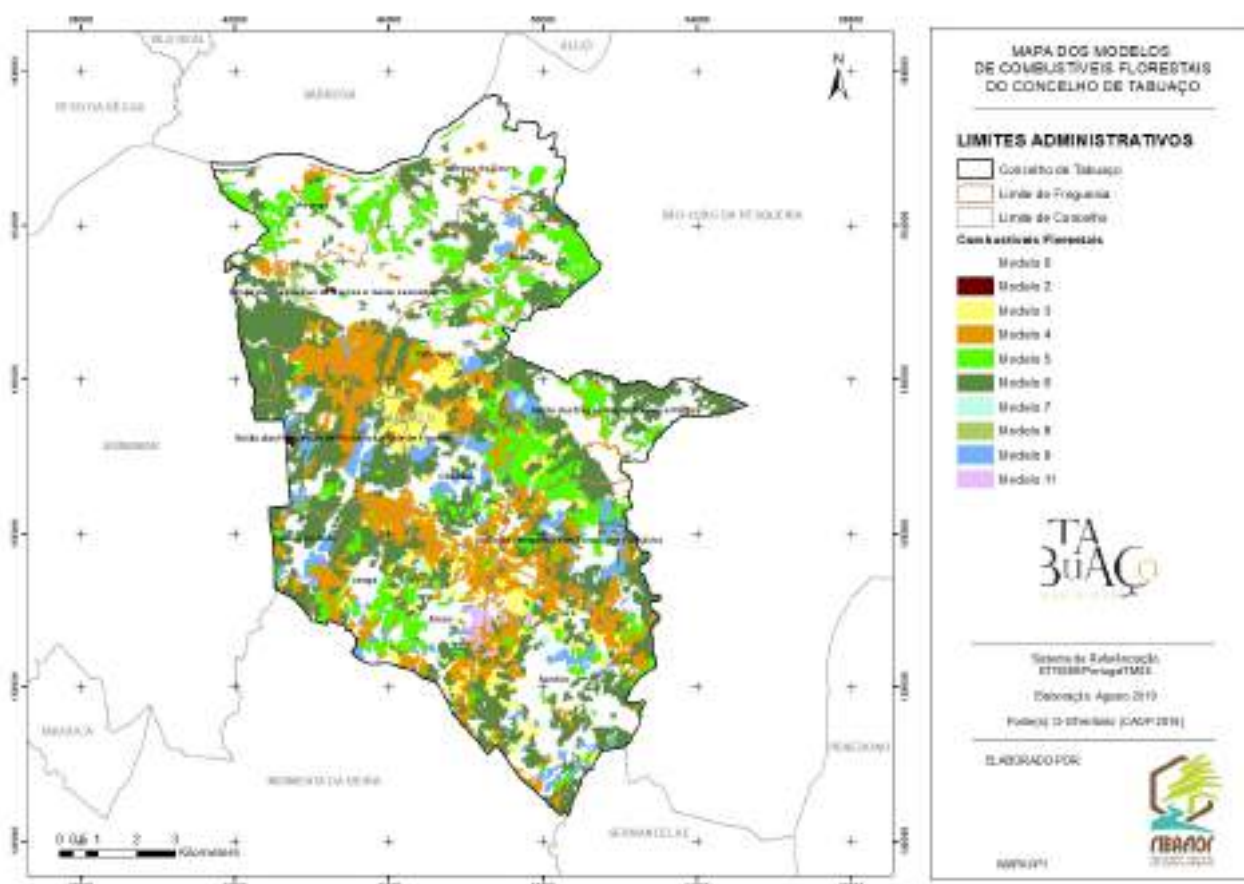
A combustibilidade traduz-se na facilidade de propagação da combustão e esta relacionada com o arranjo espacial dos combustíveis associado a uma determinada formação vegetal. É estabelecida através do tempo que uma formação vegetal demora a arder.

Inflamabilidade

A inflamabilidade de um combustível e um parâmetro que quantifica a facilidade com que o mesmo entra em ignição. A sua inflamabilidade esta relacionada com o seu teor de humidade, com a presença de substâncias voláteis, nomeadamente resinas e óleos essenciais. Esta característica depende diretamente da espécie vegetal considerada. É variável ao longo do ano e para as diferentes partes que constituem a planta. Outro parâmetro a considerar é o do poder calorífico, ou seja, a quantidade de calor libertada pela combustão de um determinado material. Tanto para a inflamabilidade como para o poder

calorífico, interessa considerar os materiais finos tais como as folhas e os ramos, já que é sobretudo este tipo de combustível que irá influenciar o comportamento do fogo.

Com base nos conceitos descritos anteriormente adotou-se a metodologia apresentada pela ICNF no guia metodológico para a elaboração de PMDFCI, tendo-se procedido as classificações tendo como base a informação obtida a partir da carta de ocupação do solo e validação no terreno. A classificação aconselhada tem como referência a criada pela Northern Forest Fire Laboratory (NFFL) tendo sido ajustada ao caso português por Fernandes, P.M.. Estes modelos assentam na caracterização das estruturas do estrato de porte arbustivo e não no tipo de espécies florestais existentes, como é possível verificar no exemplo dado para a chave de identificação de modelos apresentado nesse mesmo guia.



Como se pode ver pelo Mapa atrás apresentado, o Modelo 0, do qual fazem parte os espaços agrícolas, as áreas sociais, improdutivos e superfícies com água, com valor nulo que não influenciam a carga de combustível disponível para os incêndios florestais, distribui-

se uniforme e abundantemente nas áreas Norte junto ao Douro, bem como na União de freguesias de Távora e Pereiro e na parte central das freguesias de Longa, Arcos e Sendim. Nestas áreas, registam-se manchas relativas a outros modelos de combustível perfeitamente compartimentadas pelas anteriores quebrando a continuidade e diminuindo o risco. De entre estas manchas destacam-se as de maior dimensão e que dizem respeito aos Modelos 4, 5 e 6. Estes modelos, poderão ser mais preocupantes, uma vez que o fogo pode propagar-se mais rápido com maior intensidade e nalguns casos, com chamas grandes. Pode concluir-se que são áreas problemáticas ao nível dos Incêndios florestais o que vem de encontro à análise feita no Caderno I.

Sendo assim, e de acordo também com todo o histórico ao nível dos Incêndios, as áreas centro e sul são as mais problemáticas porque apresentam uma grande continuidade de combustível vegetal que, embora pertencente a diferentes modelos com velocidades de propagação e intensidades de fogo, podem originar situações complicadas devido a condições bastante dispares de comportamento do fogo.

Encontram-se conjugadas certas condições que propiciam a propagação rápida de incêndios a partir de zonas com intensidades de fogo mais baixas, para zonas que podem atingir intensidades mais elevadas pelo que, é necessário estabelecer um planeamento de compartimentação e implementação de faixas de proteção nas zonas mais críticas e que apresentem maior importância.

2.2. Cartografia de Risco

A cartografia de risco foi elaborada segundo o guia metodológico do ICNF, onde foram produzidas as várias variáveis para o cálculo da perigosidade e risco de incêndio rural.

As variáveis consideradas no risco de incêndio, foram: Incêndios Florestais de 2000 a 2018 (Probabilidade); Ocupação do solo (COS´2015) (Suscetibilidade); Declives; Ocupação do solo (COS´2015) (Vulnerabilidade) e Ocupação do solo (COS´2015) (Valor económico). Este exercício apresenta uma resolução de 10 metros (tamanho do pixel de 10x10 metros).

A reclassificação das cartas de declives e ocupação do solo atenderam ao apêndice 4 – Metodologia para a elaboração de cartografia de risco (mapa de perigosidade de incêndio florestal e mapa de risco de incêndio florestal) do Guia técnico para a elaboração do

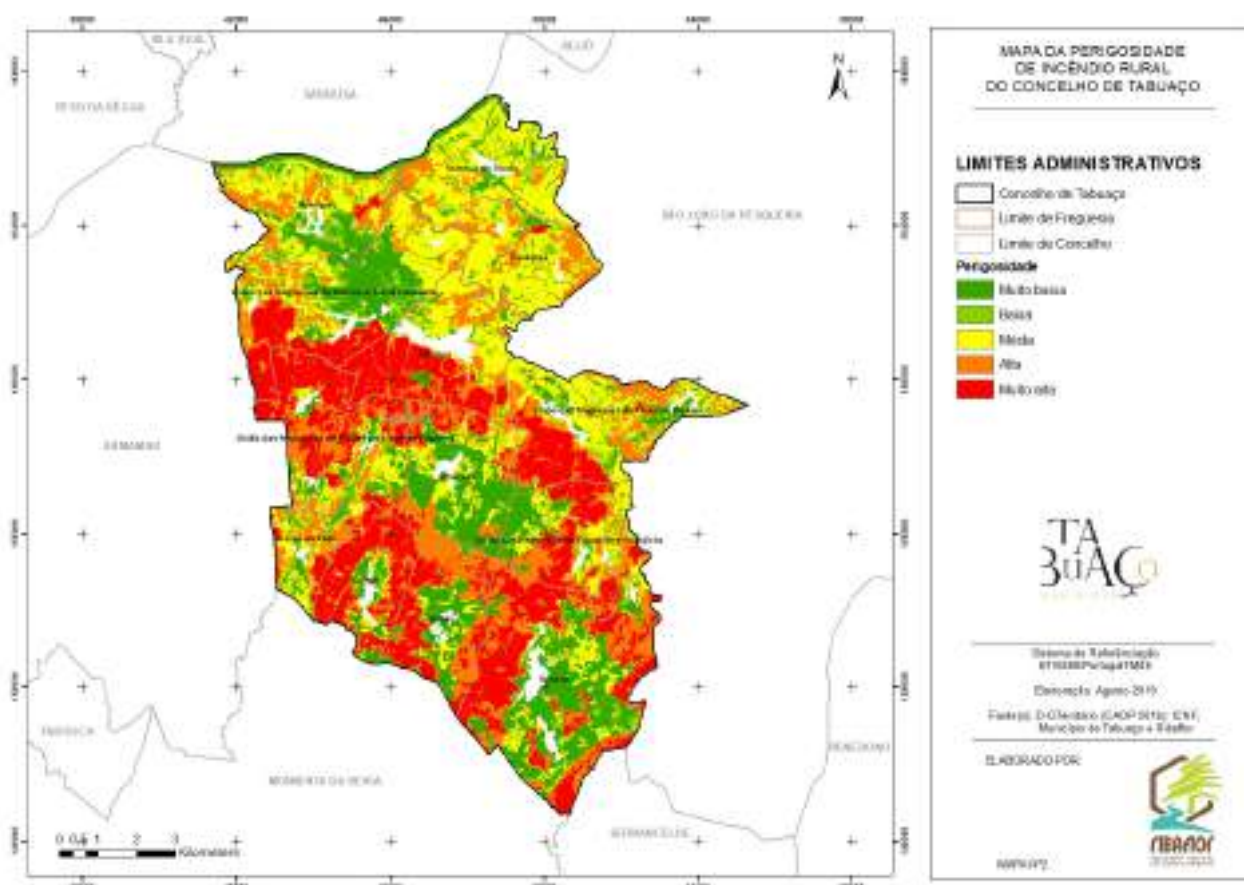
PMDFCI, do ICNF, datado de Abril de 2012 e documento intitulado “Esclarecimentos à elaboração e envio da informação relativa à cartografia de risco de incêndio florestal” elaborado pelo Instituto de Conservação e das Florestas, datado de Março de 2014.

2.2.1. Mapa de Perigosidade de Incêndio Rural

O mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal, resulta da combinação da probabilidade com a suscetibilidade, apresentando o potencial de um território para a ocorrência do fenómeno. Permite responder à questão “onde tenho maior potencial para que o fenómeno ocorra e adquira maior magnitude?”. Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção.

O Mapa de Perigosidade foi elaborado com recurso à metodologia do ICNF. Para a elaboração desta carta teve-se em conta o cálculo da probabilidade onde foram utilizadas as áreas aridas disponibilizadas pelo portal do ICNF, do ano de 2000 a 2018, o Declive e a suscetibilidade através da carta de ocupação do solo (COS´2015).

No mapa apresentado, foram excluídas as áreas sociais da carta da ocupação do solo, e as áreas classificadas como urbanas do PDM de Tabuaço, ora designadas por: aglomerados rurais, áreas urbanas e solo urbanizável.



Através do Mapa de Perigosidade de Incêndio Rural pode verificar-se que as zonas do concelho de Tabuaço que maior perigosidade apresenta, nas classes Alta e Muito Alta, coincidem com as de maior altitude e com a predominância do espaço florestal (matos e povoamentos).

Verifica-se ainda existir alguma relação entre as áreas de perigosidade mais elevada e o relevo nomeadamente com as zonas de maior declive. No entanto verifica-se que em determinadas zonas do concelho esta situação é atenuada devido à compartimentação que existe com as áreas agrícolas.

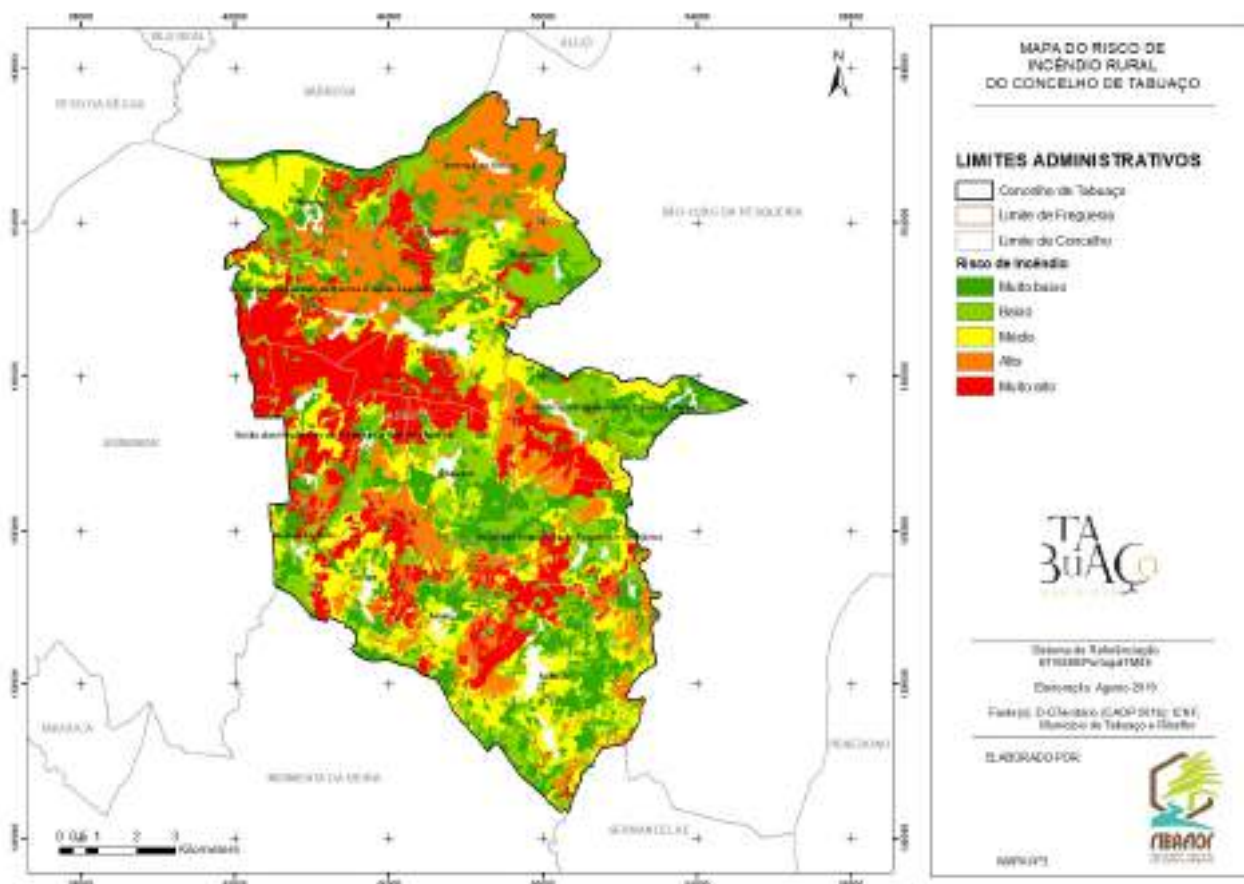
As freguesias que apresentam maior perigosidade de incêndio rural, correspondem à freguesia de Tabuaço, união de freguesias de Pinheiros e Vale Figueira, união de freguesias de Távora e Pereiro, união de freguesias de Paradela e Granjinha, Longa, Arcos e Sendim. Estas freguesias que apresentam classes de perigosidade mais elevadas, são também aquelas onde existe maior área florestal, coincidindo também com as áreas mais afetadas pelos incêndios, como podemos verificar pelo caderno I.

Evidenciam-se ainda as freguesias de Chavães, Granja do Tedo e união de freguesias de Barcos e Santa Leocádia, com perigosidade alta e muito alta, estando estas duas classes mais compartimentadas com as classes de perigosidade mais baixa.

2.2.2. Mapa de Risco de Incêndio Rural

O mapa de risco de Incêndio Rural, resulta da combinação das componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor económico) para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno. Quando o fenómeno passa de uma hipótese a uma realidade, o mapa de risco informa acerca do potencial de perda de cada lugar cartografado, respondendo à questão “onde tenho condições para perder mais?”. Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de ações de supressão.

O mapa de risco de Incêndio que a seguir se apresenta foi construído de modo a combinar as componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) indicando, assim, qual o potencial em perda face aos incêndios florestais que hipoteticamente se venham a registar.



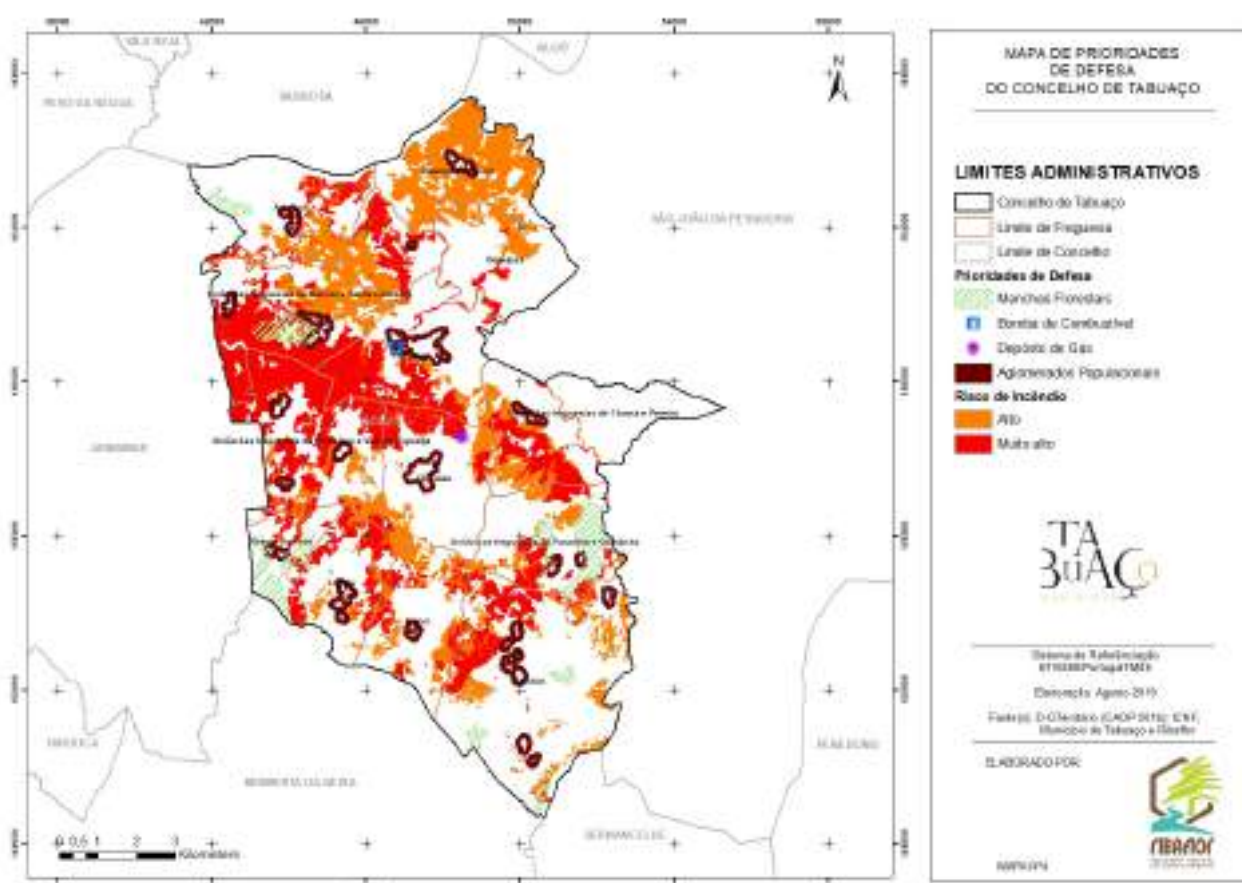
Como se pode observar pelo mapa apresentado as zonas de Risco Alto e Muito Alto para o concelho de Tabuaço apresentam-se mais concentradas a norte e centro do concelho, destacando-se a classe de risco muito alto com mais intensidade nas freguesias de Valença do Douro, Tabuaço, união de freguesias de Barcos e Santa Leocádia e união de freguesias de Pinheiros e Vale Figueira. As restantes áreas de risco muito alto não apresentam uma grande extensão e encontram-se compartimentadas pelas restantes manchas de mais baixa perigosidade.

Efetuada uma comparação com o mapa de perigosidade verifica-se existir alguma coincidência entre estas zonas de mais baixo risco e as zonas de perigosidade também mais baixa, devido às variáveis que foram introduzidas no cálculo do risco como a vulnerabilidade e o valor económico.

O risco de incêndio florestal pretende traduzir os locais, onde será necessário concentrar esforços para o combate a incêndios, com efeitos mais devastadores, quer para equipamentos quer para populações.

2.2.3. Mapa de Prioridades de Defesa

O mapa de prioridades de defesa tem como objetivo a identificação dos elementos que interessa proteger, através da representação das manchas de risco de incêndio florestal alto e muito alto sobre as quais se desenham os elementos prioritários, como pontos ou polígonos conforme a sua natureza.



No mapa podemos observar as prioridades de defesa estabelecidas atualmente para o concelho de Tabuaço, onde figuram essencialmente, nas áreas a proteger, as áreas florestais, os aglomerados populacionais e outros pontos de DFCI, nomeadamente bombas de combustível e depósitos de gás.

Estas áreas florestais ainda não se encontram perfeitamente individualizadas pelo que, e de acordo com o 4º eixo estratégico, se procederá ao seu correto levantamento de modo a salvaguardar, de uma forma mais eficaz, as manchas de espécies de interesse público que existem tais como sobreiro, azinheira.

Sabe-se da existência, essencialmente na freguesia de Sendim, de inúmeras novas plantações levadas a cabo pela Associação Agroflorestal de Sendim, mas ainda não foi possível obter a cartografia respetiva.

Figuram ainda neste mapa as manchas de risco Alto e Muito alto pelo potencial de perda que representam.

Relativamente à Tipologia dos Concelhos, esta resulta da tipificação definida pelo ICNF com base no nº de ocorrência e área ardida de cada Concelho, para distinguir os grandes tipos de problemas / Soluções associados a incidência de incêndios. Deste modo os concelhos do território continental foram divididos em 4 tipos:

- Poucas ocorrências:
 - pouca área ardida T1
 - muita área ardida T2
- Muitas ocorrências:
 - pouca área ardida T3
 - muita área ardida T4

Com base no diagnóstico do caderno I, o concelho de Tabuaço enquadra-se na tipologia T2.

3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas
1º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.			
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Definir as prioridades de planeamento e execução das infraestruturas de DFCI face ao risco.	Operacionalizar a ação das CMDF.	As CMDF reúnem 2 vezes por ano e sempre que necessário, acompanhando a operacionalidade e execução do respetivo PMDFCI.
		Apoiar a atividade do Gabinete Técnico Florestal.	Avaliação do desempenho do GTF anualmente. O ICNF mantém uma organização que possibilite a valorização da proximidade com os GTF e CMDF. Funcionamento pleno da CMDF anualmente.
	Proteger as zonas de interface urbano/florestal.	Criar e manter faixas exteriores de proteção, nos aglomerados populacionais, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios.	A Autarquia monitoriza as faixas exteriores de proteção aos aglomerados, anualmente prevista no PMDFCI.
		Criar e manter faixas exteriores de proteção em parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações.	Anualmente é garantida a segurança destes espaços.
Implementar programa de redução de combustíveis.	Criar redes de gestão de combustível, através da redução parcial ou total da vegetação em faixas e parcelas estrategicamente localizadas para a defesa de pessoas e edificações e de povoamentos florestais.	Manutenção das faixas da Rede Primária e Secundária já executadas até 2019 e execução das restantes no período de vigência do PMDFCI.	

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas
2º Eixo Estratégico - Redução da incidência dos incêndios			
<i>- Assenta na necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida esta como o conjunto das atividades que têm por objetivos reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, ou seja, que atua em duas vertentes principais, o controlo das ignições e o controlo da propagação.</i>			
Educar e sensibilizar as populações	Sensibilização da população.	Realizar ações de sensibilização nas freguesias de primeira e segunda prioridade DFCl.	Anualmente, o Município de Tabuaço através do GTF, estabelece as freguesias prioritárias para desenvolver estas ações, convidando outras entidades para o efeito
	Sensibilização e educação escolar.	Realização de sessões de sensibilização nos Agrupamentos de Escolas de Tabuaço.	Comemoração anual do dia Mundial da Floresta, com a colaboração de diversas entidades.
3º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios.			
<i>- Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate aos incêndios nascentes, porque, só assim, se evitarão grandes incêndios.</i>			
Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção.	Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal.	Melhorar a performance das equipas de Sapadores Florestas	Reduzir o tempo de deslocação desde a deteção do foco de incêndio até à chegada para 1ª intervenção.
		Implementar ao nível Municipal, em sede de CMDf, medidas que levem as populações, através das juntas de freguesia, e/ou organizações de voluntariado a aderir a projetos comuns de proteção coletiva.	Anualmente, e durante o 1º trimestre de cada ano, implementar medidas de proteção coletiva a integrar no sistema de vigilância e deteção municipal.
		Coordenação de todas as ações de vigilância e deteção, privilegiando a comunicação de cariz Municipal.	Melhorar a rede de comunicações entre todas as Equipas, Grupos, Brigadas, Postos de Vigia e outros meios existentes no terreno.

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas
Reforço da capacidade de 1ª Intervenção	Estruturar o nível Municipal de 1ª Intervenção	Na elaboração dos POM, integrar a atuação dos Bombeiros, das Equipas de Sapadores Florestais, das Equipas do SEPNA e dos GIPS da GNR, e, outros Agentes presentes no terreno.	Anualmente, fazer a inventariação dos meios e recursos existentes, para inclusão no POM. Formar, permanentemente, todos os agentes envolvidos.
			Identificar outros Agentes com capacidade de 1ª Intervenção ao nível municipal.
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar a eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Levantamento dos recursos (materiais e efetivos mobilizáveis) existentes no Corpo de Bombeiros (CB), com vista à avaliação da sua capacidade operacional.	Anualmente, fazer a avaliação dos recursos existentes para que possam integrar no TO.
		Proceder ao levantamento das máquinas de rasto, tratores e buldózer existentes no município e/ou na sua área, promover políticas de colaboração e formar os operadores.	Anualmente, proceder ao levantamento destes meios, e definir as políticas de colaboração/contratação entre os seus proprietários e o município.
		Enquadramento operacional das Equipas de Sapadores Florestais existentes no concelho.	A Equipa faz parte do dispositivo municipal de apoio ao combate aos incêndios florestais nas operações de rescaldo e vigilância após rescaldo

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas
Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio.	Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo.	Integrar a Equipa de Sapadores Florestais	Anualmente, a equipa de sapadores está disponível para a atuação nas operações de rescaldo, desde que requisitada pelo ICNF para o efeito.
		Utilizar as máquinas de rasto	Anualmente, assegurar a sua rápida mobilização, pelo que importa, por um lado, garantir a colaboração das autarquias, e por outro, a atempada contratação com agentes privados.
		Implementar por parte das autarquias medidas que levem as populações, através das J. Freguesia, a aderir a projetos comuns de proteção coletiva, sustentado por medidas de autodefesa e colaborar nestas ações.	Incentivar e acompanhar a implementação de medidas de autodefesa a desenvolver pelo município e Juntas de Freguesia. Formação e sensibilização; distribuição de material específico para o efeito.
	Garantir a correta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.	Estabelecer medidas Operacionais adequadas.	Incorporar, as ações da vigilância após rescaldo nos exercícios de validação de conhecimentos e de consolidação de princípios doutrinários operacionais introduzidos ao nível dos Comandantes e elementos de Comando.
4º Eixo Estratégico - Recuperar e reabilitar os ecossistemas			
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo.	Conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas, aquando a existência de grandes incêndios.	Elaboração do relatório de estabilização de emergência aquando grandes incêndios. Execução de ações imediatas de minimização de impactes, intervindo em grandes incêndios, nomeadamente para recuperação de infraestruturas afetadas, controle de erosão e proteção de encostas, prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água e diminuição da perda da biodiversidade.
		Avaliar os trabalhos de reabilitação das áreas afetadas	Avaliação e monitorização das ações.
		Avaliar a capacidade de recuperação das áreas ardidas	Incidência em áreas ardidas superiores a 500 hectares.

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas
5º Eixo Estratégico - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.			
<i>- Assente no pressuposto que para a proteção das pessoas, dos seus bens, dos espaços florestais e ambiente, prevenindo as situações que os ponham em perigo ou limitando as consequências destas, o nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção e proteção e socorro. O nível Distrital, constitui-se como um patamar de um Comando Operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu Distrito, e com reflexo ao nível nacional.</i>			
Operacionalização da CMDF	Fomento das operações de DFCI e garantia do apoio técnico e logístico.	Potenciar os recursos (humanos e materiais) para uma adequada capacidade de intervenção nos diversos Teatros de Operações.	Articulação de meios.
		Planificação da formação das entidades intervenientes no SDCI.	Identificar as entidades com necessidade de formação a realizar no período de vigência do PMDFCI.
		Promoção da articulação entre as entidades intervenientes no SDCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM.	Anualmente é validada esta informação nos POM e aprovada até 15 de abril.

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

4.1. 1º EIXO ESTRATÉGICO

AUMENTO DA RESILÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

4.1.1.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis

Segundo o Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, a rede de defesa da floresta contra incêndios consiste numa malha de faixas de gestão de combustível (FGC) que asseguram três funções:

- Diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate na frente de fogo ou nos seus flancos;

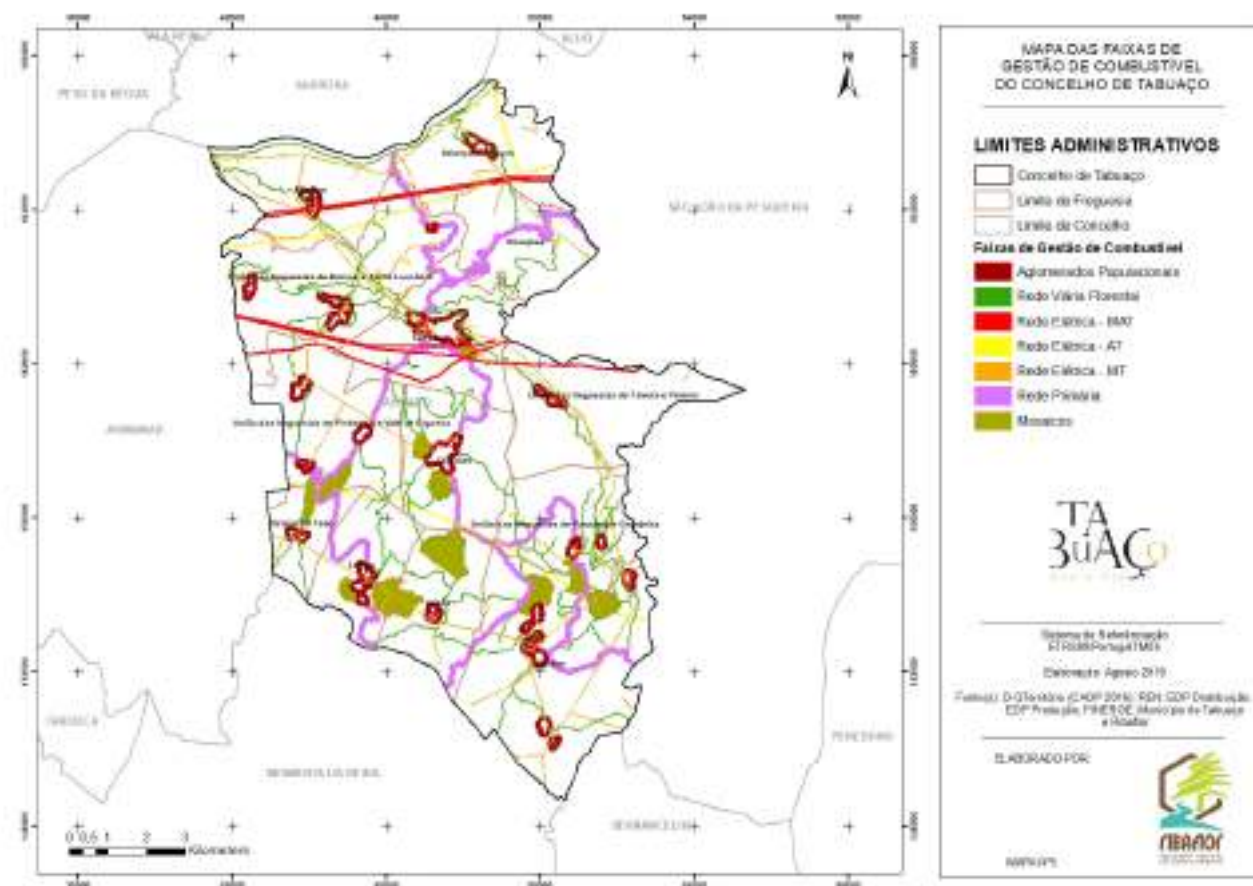
- Redução dos efeitos da passagem de grandes incêndios protegendo, de forma passiva, vias de comunicação, infraestruturais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;

- Isolamentos de focos potenciais de ignição de incêndios, como sejam as faixas paralelas as linhas elétricas ou a rede viária, as faixas envolventes aos parques de recreio, entre outros.

Considera-se existir desde já no conselho de Tabuaço, um Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis, que foi complementado com as faixas de gestão de combustível referentes às linhas elétricas de muito alta, alta e média tensão, da rede viária, da rede primária, mosaicos e aglomerados populacionais.

Como se pode ver pelo Mapa que a seguir se apresenta, e tendo em conta que o concelho possui áreas eminentemente agrícolas, as faixas de gestão de combustíveis, embora distribuídas de uma forma mais ou menos homogénea, encontram-se mais concentradas nas áreas florestais do concelho, onde estas intervenções fazem mais sentido, com o

objetivo de proteger pessoas e bens bem como as próprias infraestruturas, permitindo ao mesmo tempo, criar zonas de descontinuidade vegetal, facilitando por sua vez o combate a incêndios, evitando que este tome grandes proporções.



As Faixas de Gestão de Combustível (FGC) aqui apresentadas correspondem a um total de 2108,02 ha, dos quais, a maior fatia corresponde às faixas referentes a rede primária com 591,42 ha e aos aglomerados com 443,72 ha, seguindo-se os mosaicos com 415,54 ha, a rede elétrica 392,16 ha e a rede viária com 265,14 ha, uma vez que se estendem pelo concelho todo proporcionando assim vastas zonas interessantes ao nível da defesa da floresta.

De salientar ainda o valor referente às FGC de proteção aos aglomerados florestais, que se assumem como prioridade, uma vez que existem algumas aldeias inseridas em espaços florestais e que são constantemente ameaçadas pelos incêndios.

Relativamente ao total do concelho, a percentagem não se apresenta muito significativa, mas julga-se ser a suficiente para o conjunto das ações de DFCI.

4.1.1.2. Rede Viária Florestal

A rede viária constitui um dos elementos básicos da estratégia de defesa da floresta contra incêndios, servindo com frequência como referencial para a implantação e eficiência dos restantes componentes DFCI sendo que a acessibilidade aos espaços florestais constitui um aspeto relevante para o ordenamento florestal.

No contexto da DFCI, a rede viária desempenha funções de:

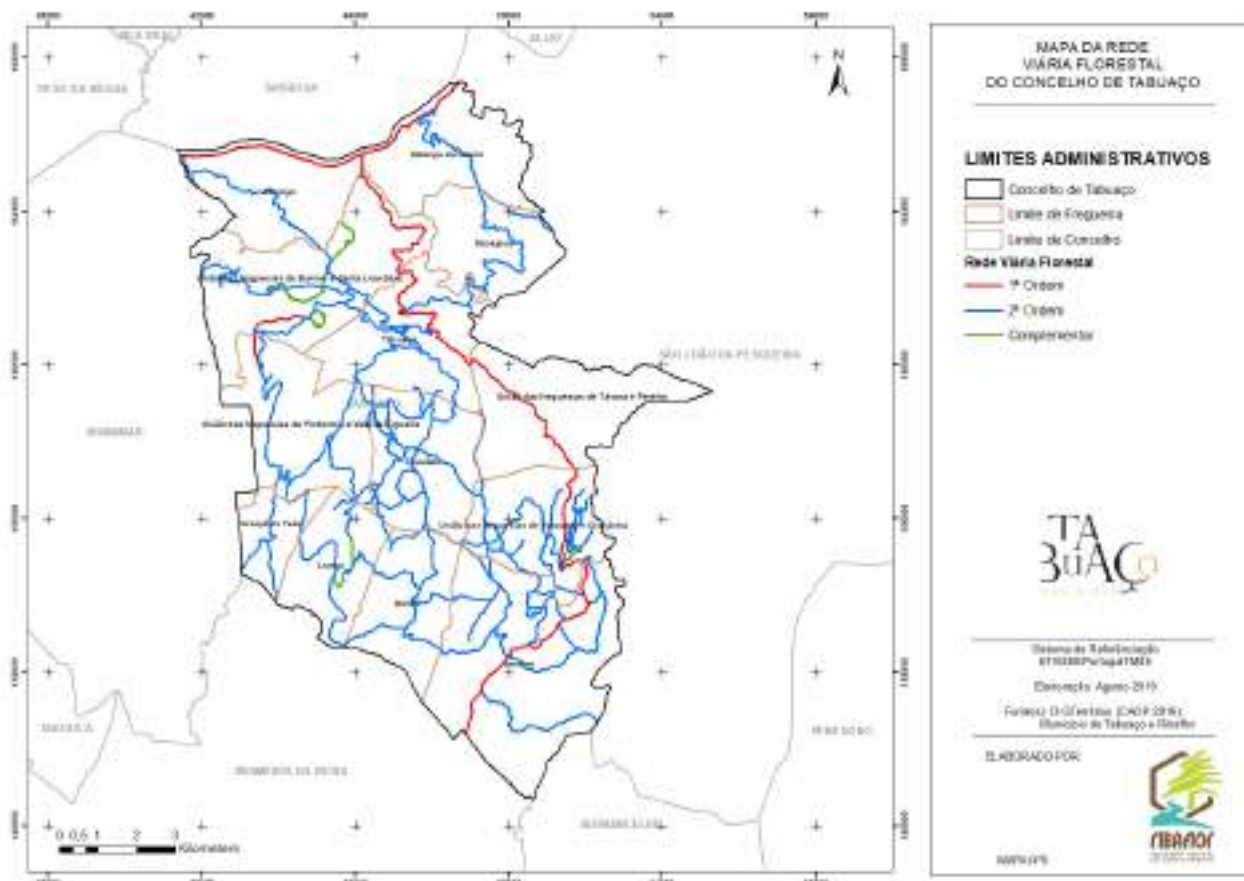
- Rápida deslocação dos meios de combate, não só à zona de fogo, mas também aos pontos de reabastecimento de água, combustível, etc;
- Integra a rede das FGC, sendo fundamental para a eficácia da rede primária, onde as equipas de luta encontram condições favoráveis para o combate ao fogo, em segurança;
- Permite a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento à rede de vigilância fixa. A rede viária constitui ainda zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço de incêndios florestais. Além das restantes infraestruturas com relevância para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a existência de cartografia de estradas e caminhos é de elevada importância para as operações de coordenação de meios de combate e para o desenvolvimento de estratégias.

De seguida apresenta-se o Mapa da Rede Viária Florestal para o Concelho de Tabuaço onde foram considerados os caminhos florestais de maior relevância no acesso às zonas florestais tendo sido efetuado o seu levantamento através de GPS e a rede viária municipal e nacional.

Contudo, não foi considerada, toda a rede viária existente uma vez que seria incomportável apresentar uma densidade tão elevada, num plano desta natureza, bem como a cartografia se tornaria extremamente confusa. Porém, existem também zonas completamente vedadas, pertencentes a zonas de caça, que não permitindo o acesso nesses locais, não foram aqui referenciadas.

Porém, relativamente à rede viária existente que é essencial à defesa da floresta contra incêndios, foi considerada como rede viária florestal (RVF), toda a rede viária existente no

concelho de Tabuaço que este Município considera necessária à circulação dos meios de patrulhas de vigilância móvel terrestre, toda aquela que facilita a movimentação rápida dos meios de combate à zona de fogo e que facilmente e em tempo útil, possam circular os meios de combate aos pontos de reabastecimento de água e combustível.

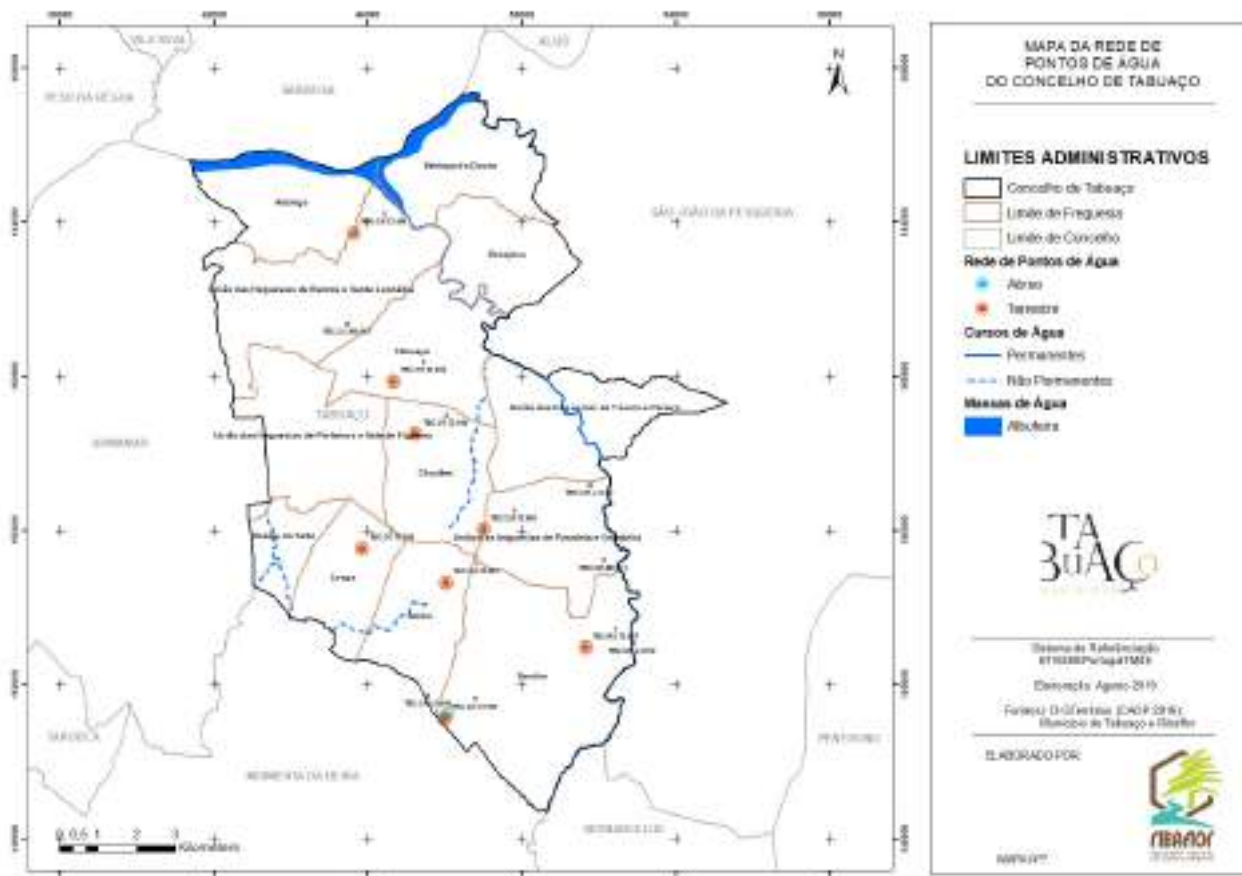


A rede viária considerada de relevância em DFCI para o concelho de Tabuaço atinge um valor total de 205,95 Km considerando-se ser suficiente estando as principais áreas florestais bem servidas deste tipo de infraestruturas.

4.1.1.3. Rede de Pontos de Água

Os pontos de água como infraestrutura de combate terão que estar absolutamente operacionais, uma vez que a sua importância é estratégica e fundamental para que essa ação de combate possa ser concretizada de uma forma rápida e eficaz reduzindo desse modo a área percorrida pelos incêndios florestais.

A distribuição deste tipo de Infraestruturas por todo o concelho deve ser a mais homogênea possível, estando facilmente acessível por parte dos meios de combate.



No mapa de pontos de água apresentado, figuram as estruturas atualmente sinalizadas, estando na sua totalidade validadas no terreno. Esta fase de validação, durante o ano de 2019 incidiu sobre os pontos de água que se consideraram com maior importância estratégica ao nível da DFCl.

Após esta análise, verificou-se também a necessidade de existirem mais pontos de água, estando também já considerados nesta revisão, a construção de quatro pontos de água de 1ª ordem, em locais estratégicos e onde estes recursos são mais escassos.

As propostas aqui apresentadas, estão condicionadas apenas aos locais onde se pretende a sua construção, já que tratamos de um concelho em que o seu território é de carácter privado, não existindo muitas grandes opções para instalação destas infraestruturas. Porém, apesar da existência de infraestruturas nas proximidades, das que aqui se apresentam para construção, também não têm grande capacidade volumétrica de água, tratando-se

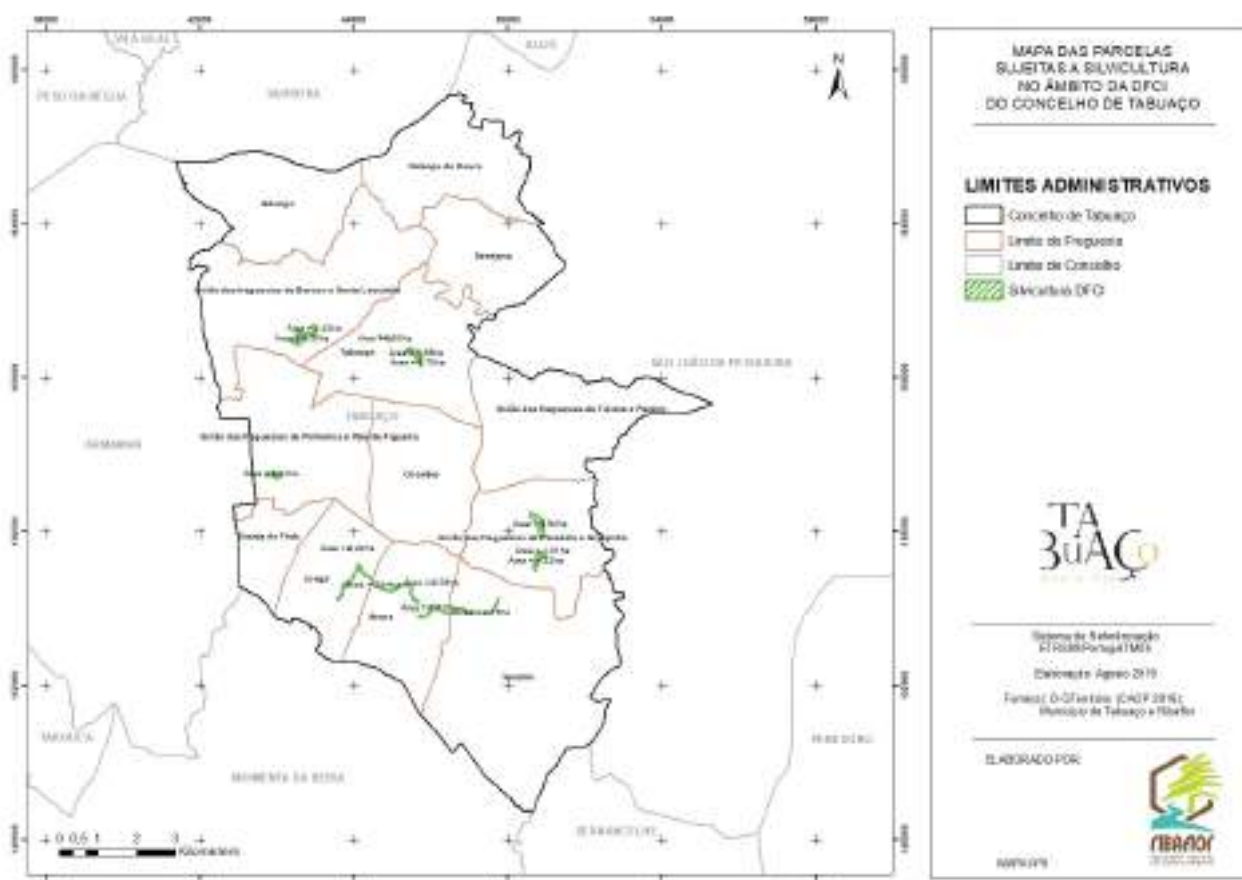
nalgumas situações de reservatórios destinados a servir terrenos agrícolas e que muitas das vezes, se encontram até sem água.

Pondo isto, serão contabilizados um total de 13 pontos de água os quais constituem um valor de reservatório/disponibilidade total de 124 092 m³.

4.1.1.4. Silvicultura no âmbito de DFCI

As parcelas sujeitas a silvicultura no âmbito da DFCI, executadas no último ano (2018), estão representadas no mapa seguinte.

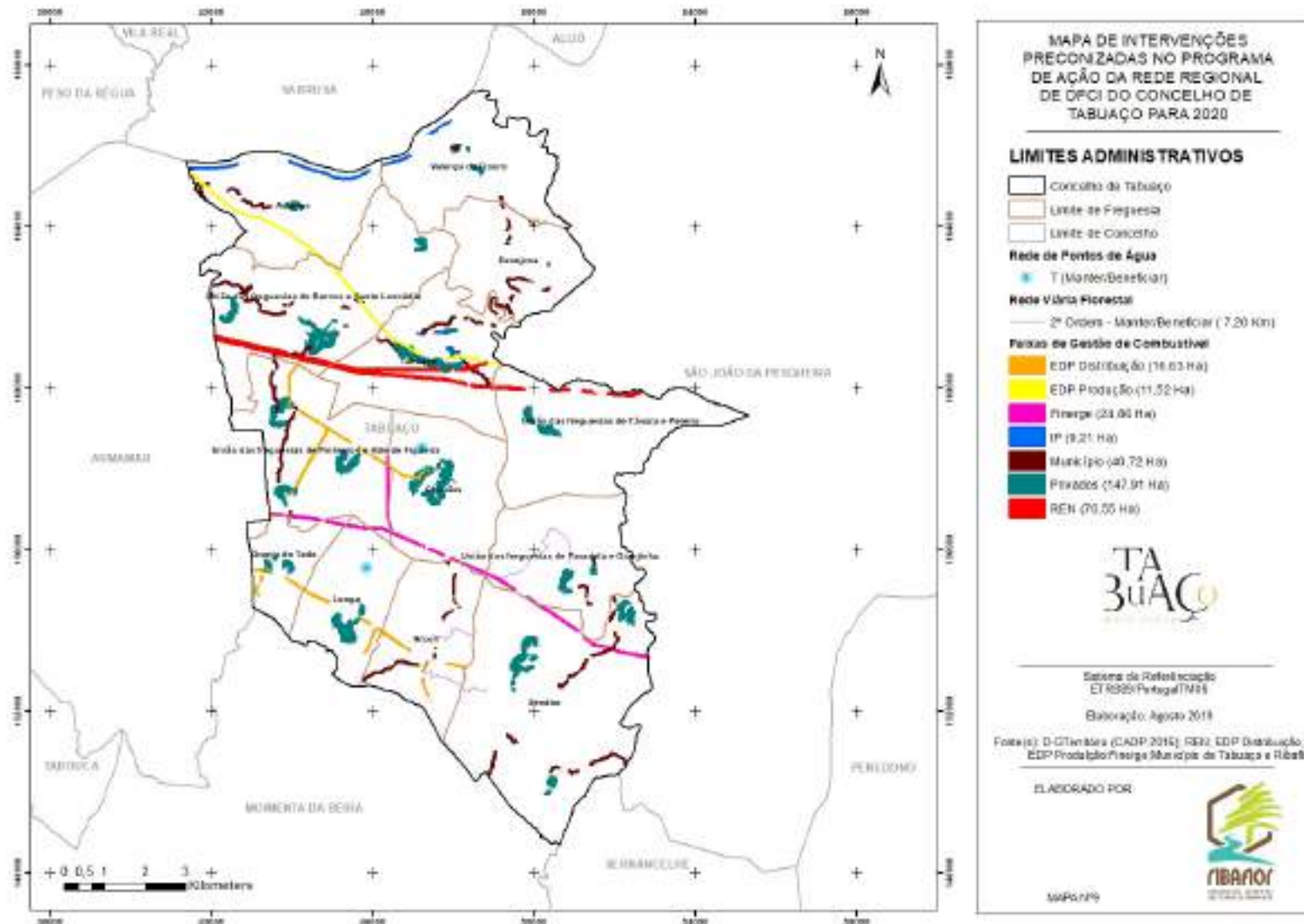
Foram consideradas as áreas executadas pela equipa de sapadores florestais, nomeadamente faixas de gestão de combustível em volta dos aglomerados populacionais, pontos de água, rede viária florestal e rede primária.

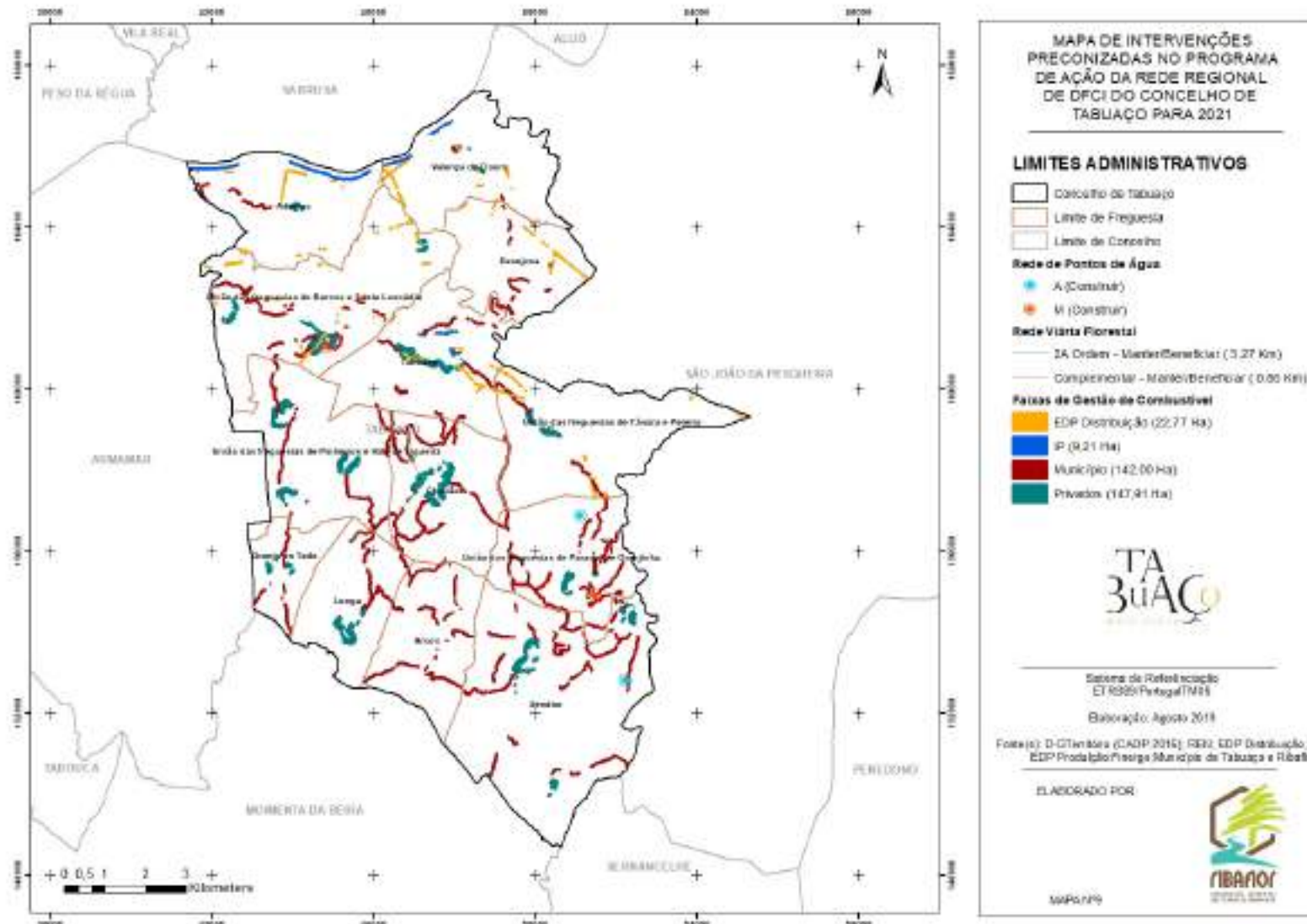


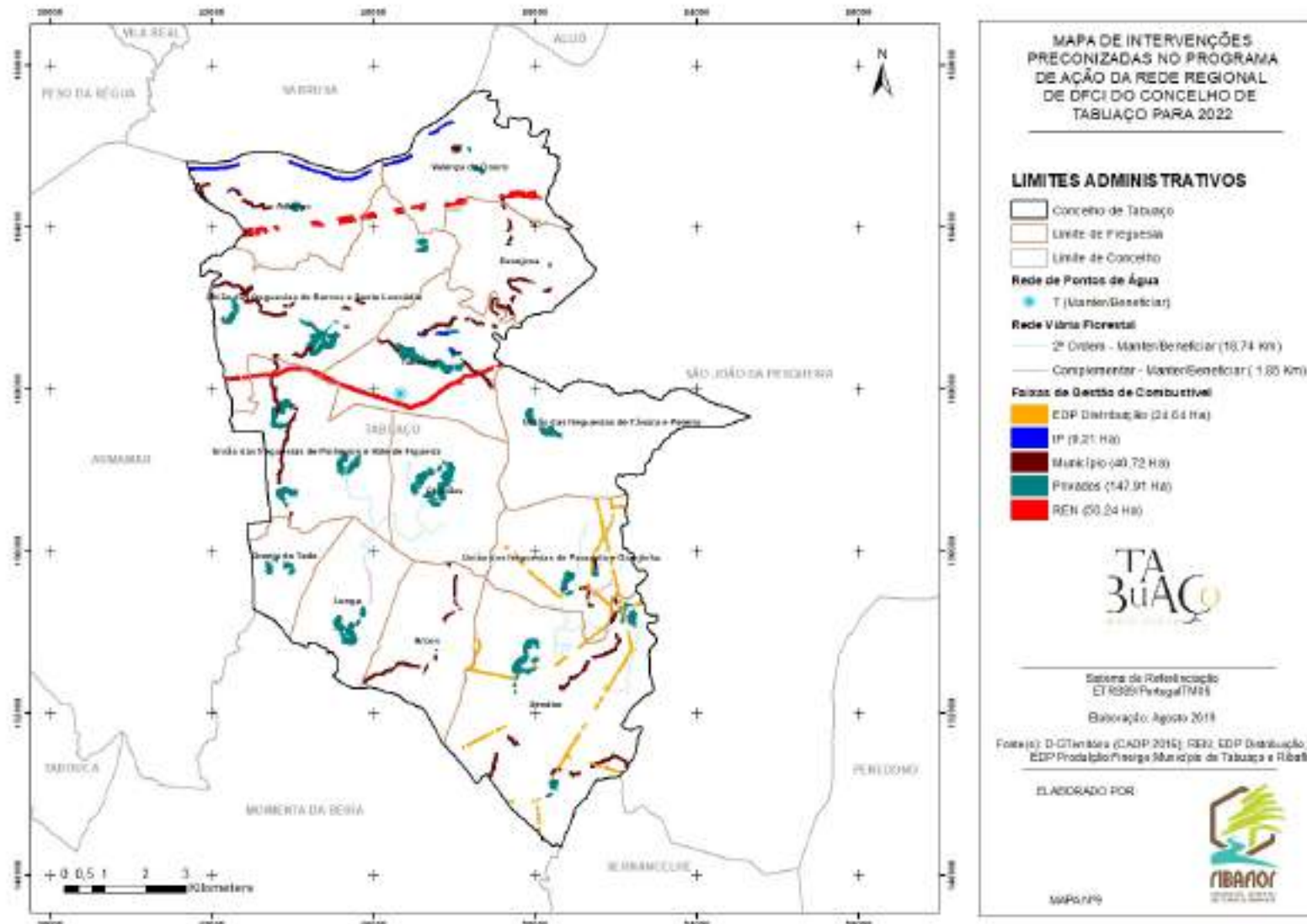
4.1.2. Planeamento das ações

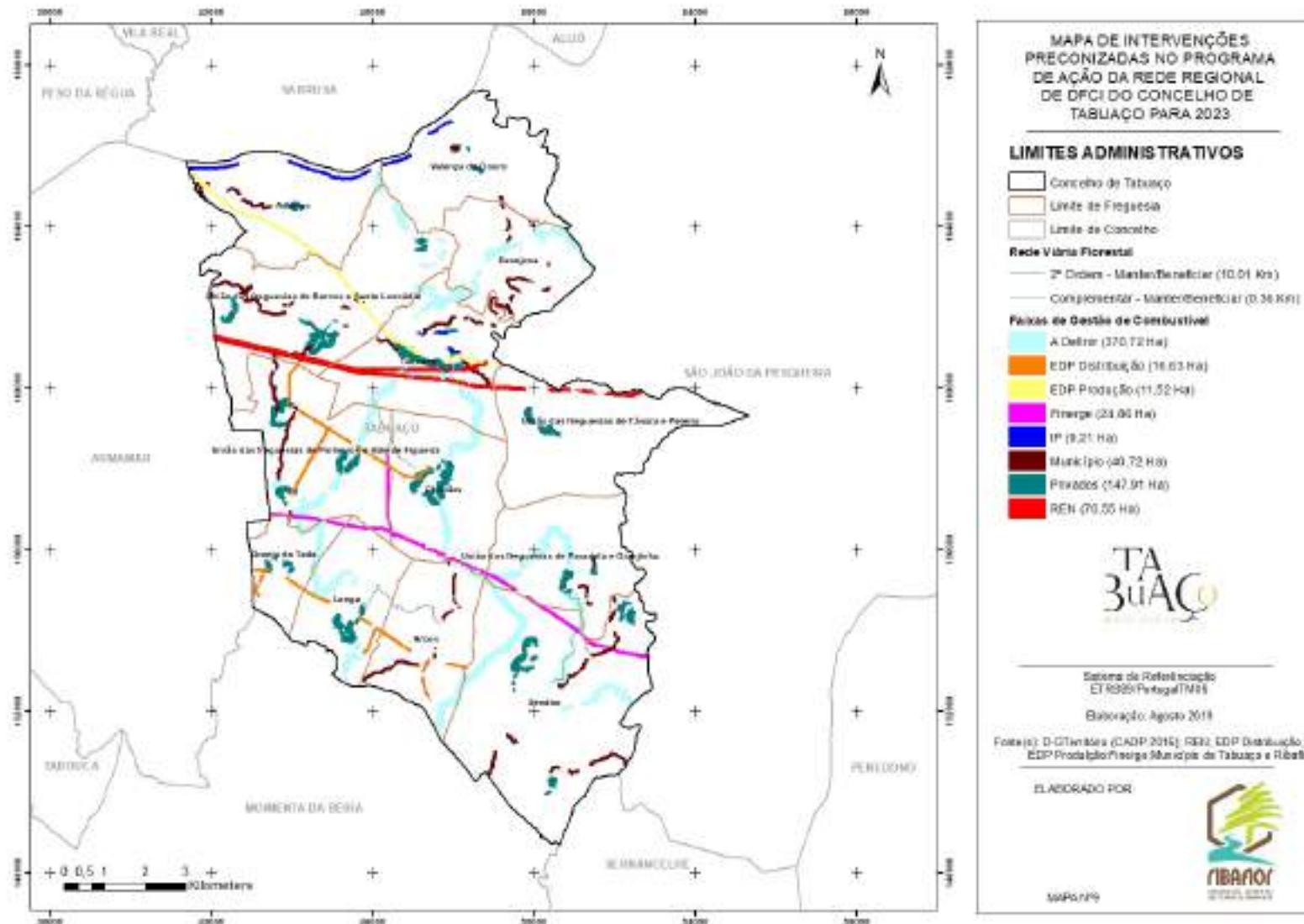
4.1.2.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis

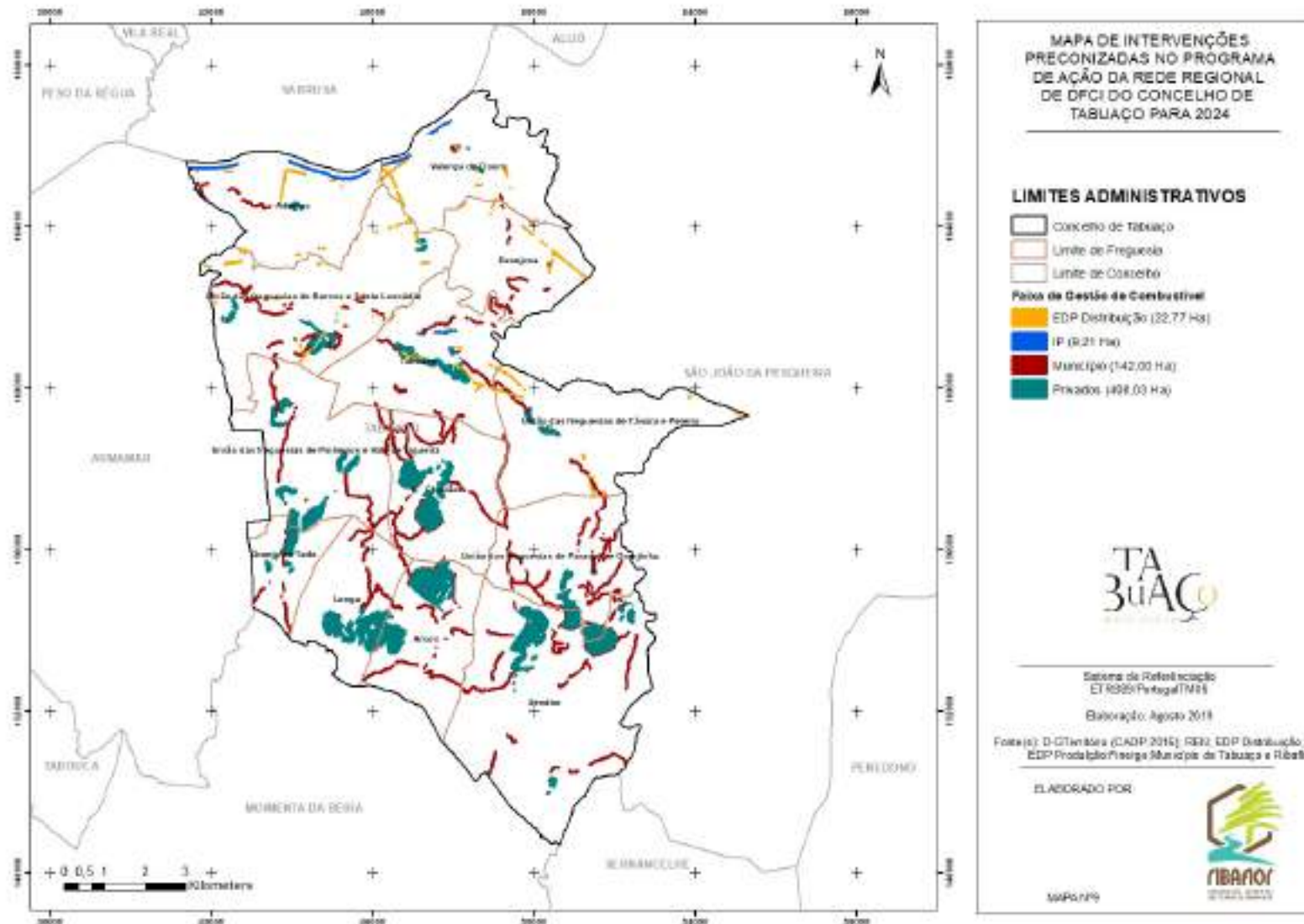
As Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas estão distribuídas anualmente segundo os mapas seguintes:

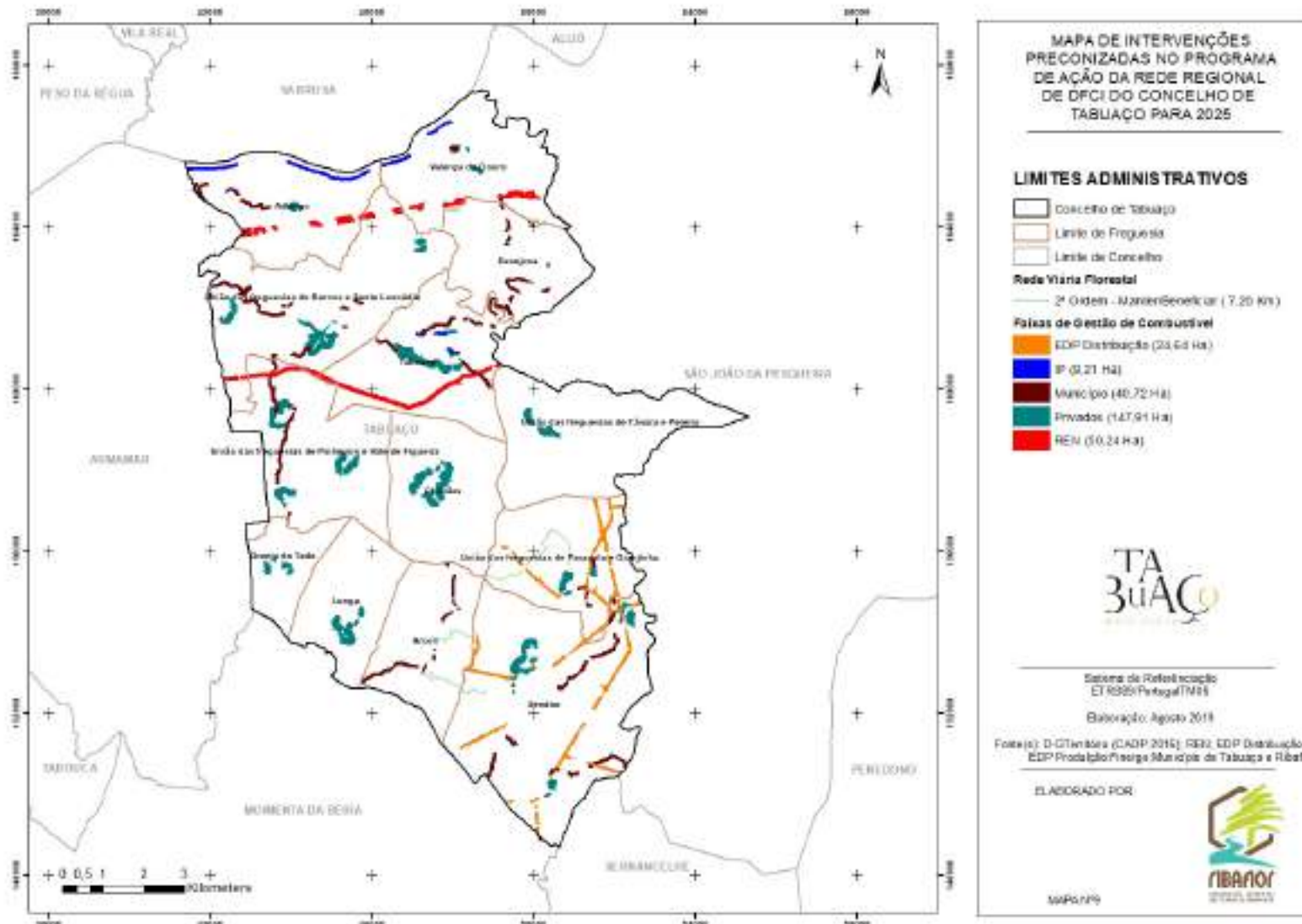


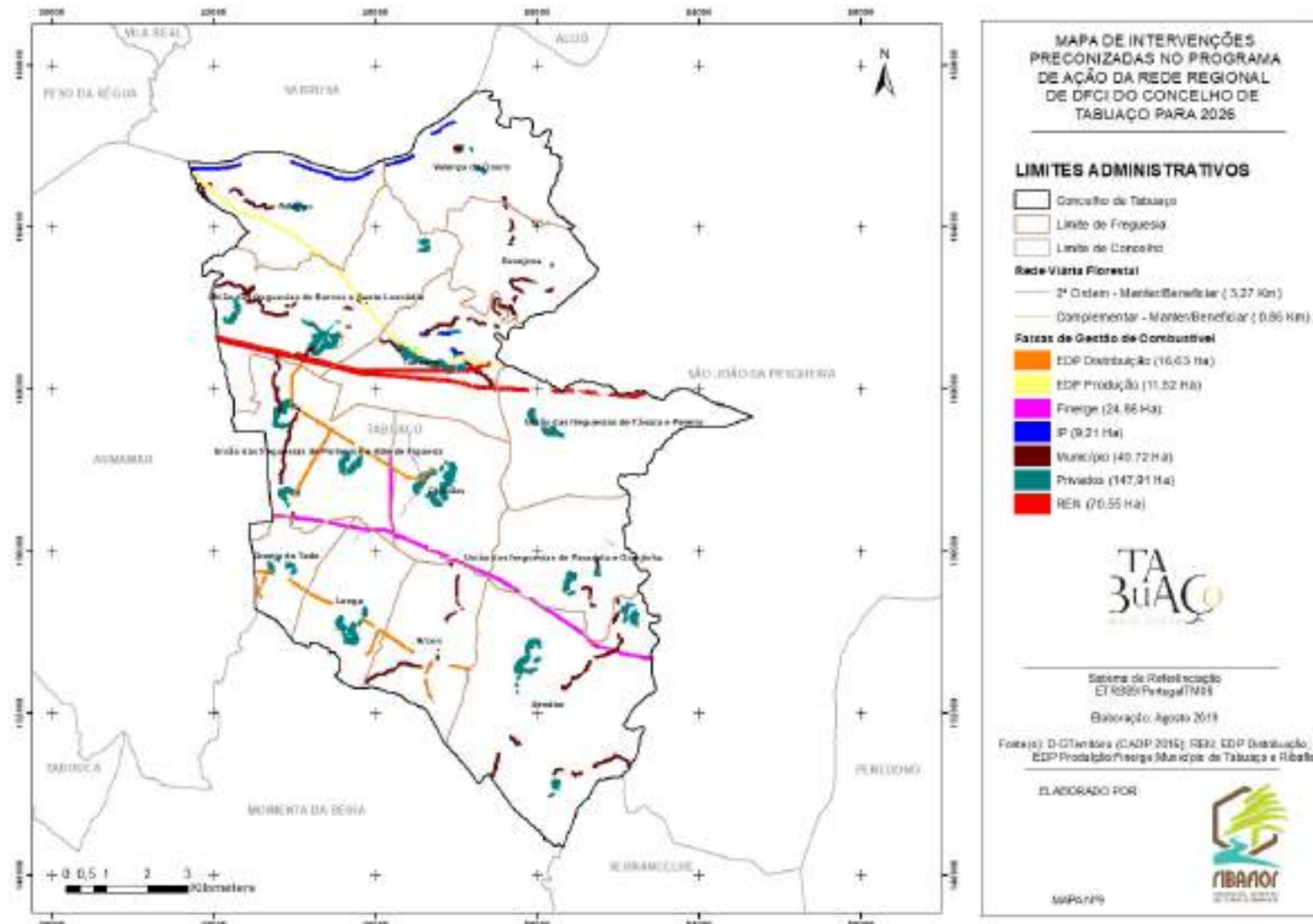


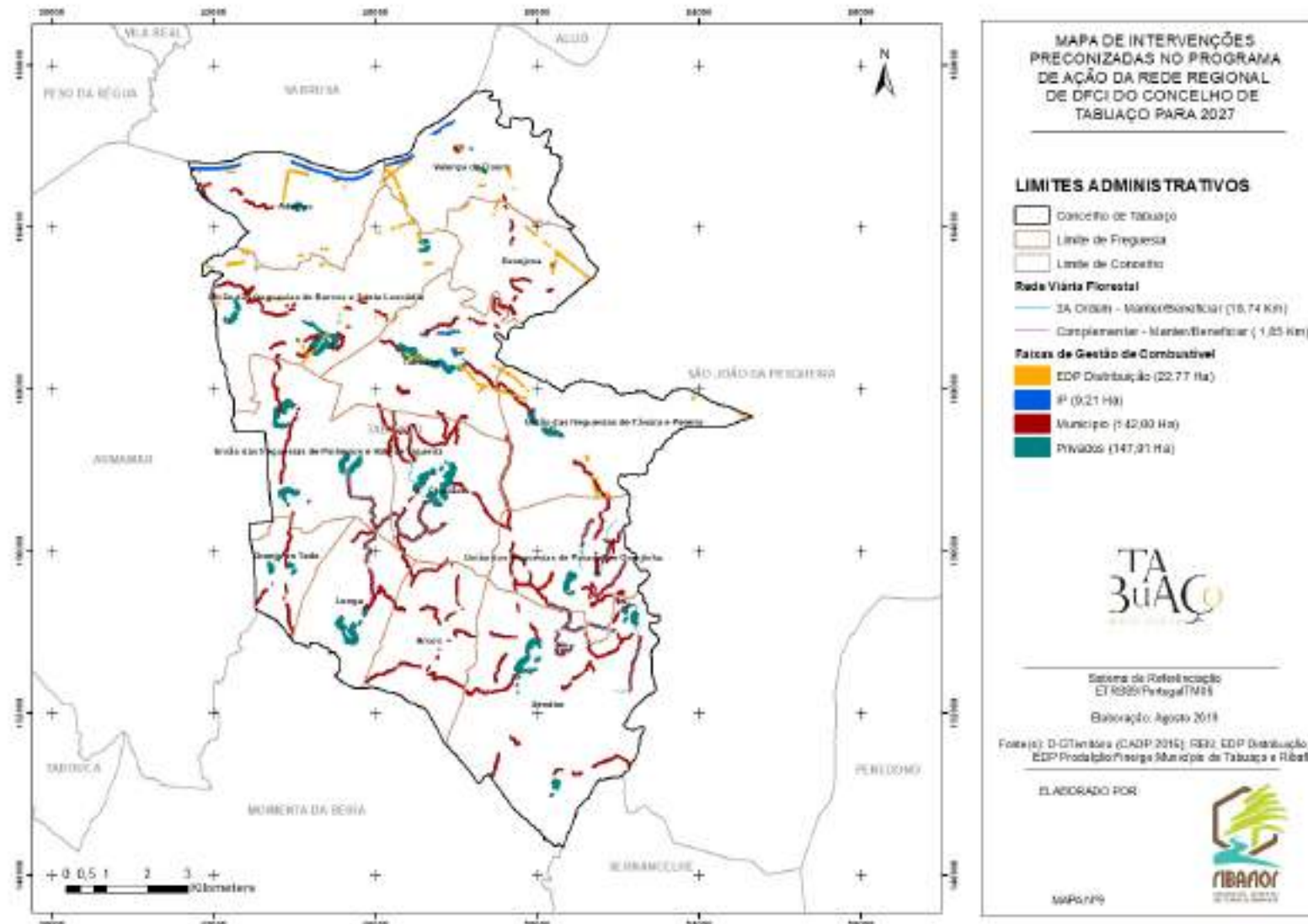


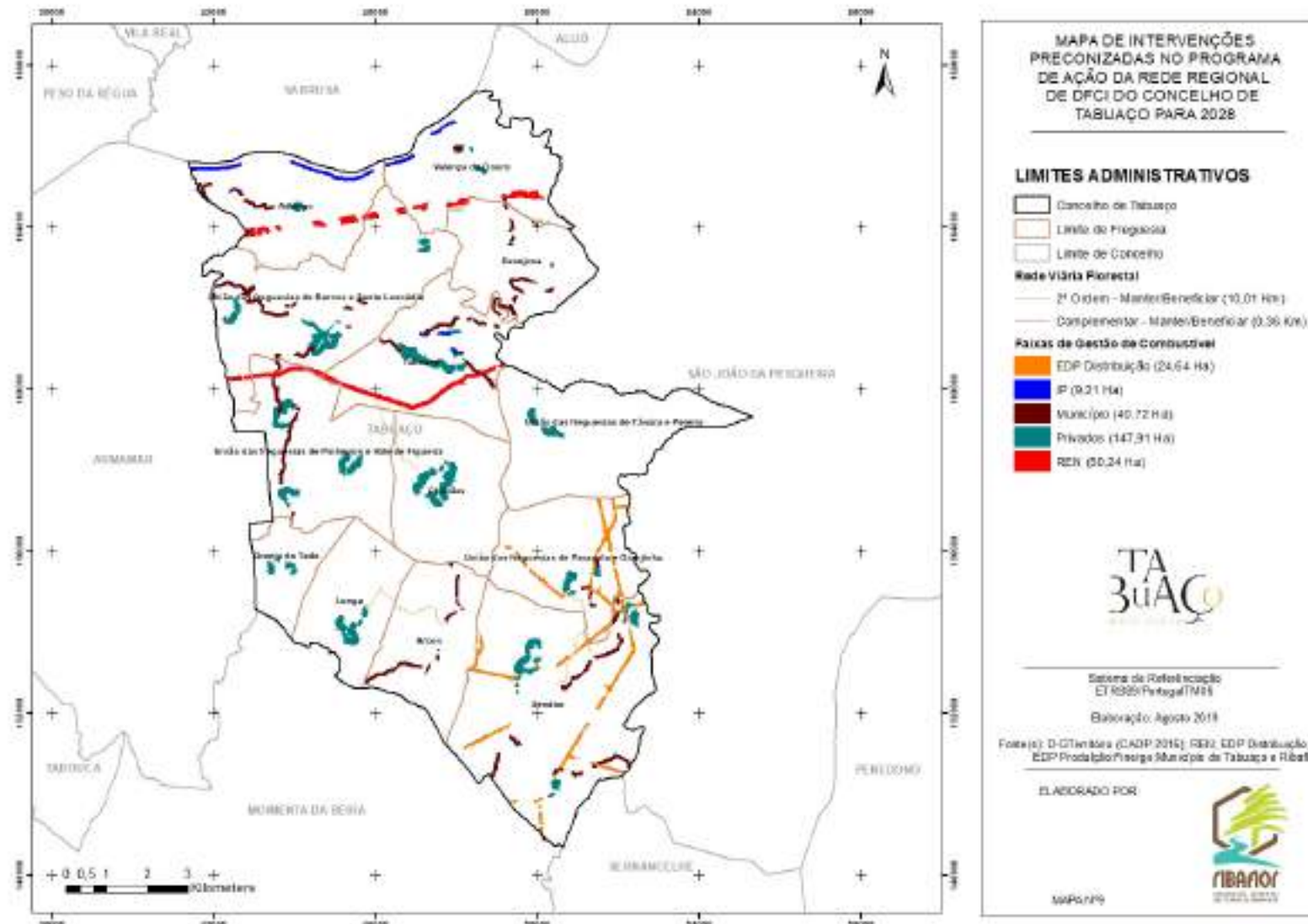


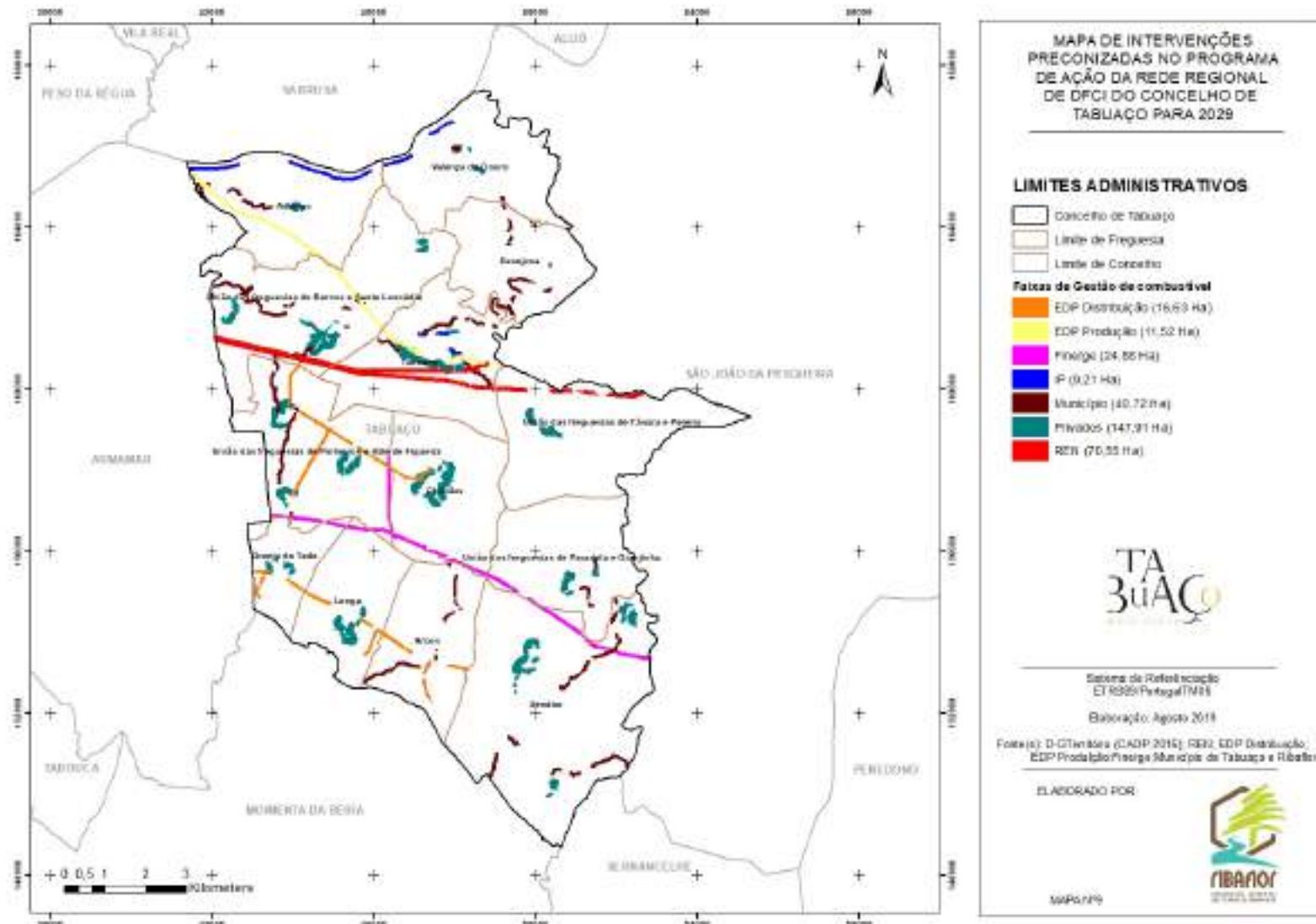












Uma vez que este concelho faz fronteira com outros, o sucesso alcançado pela implementação destas medidas DFCl estará sempre dependente do trabalho levado a cabo nos restantes concelhos limítrofes com este, e vice-versa.

As principais infraestruturas DFCl mais afetadas pela sua continuidade em concelhos vizinhos são as que estão relacionadas com as vias de comunicação, especificamente com a rede viária florestal, rede elétrica e com a rede primária. Uma vez que os incêndios florestais não se confinam a um só concelho, serão necessários esforços por parte dos concelhos contíguos, de forma a conferirem continuidade à RDFCl ao longo do território.

A estratégia adotada para o concelho de Tabuaço para otimizar os meios e os custos das ações envolvidas, passa por concentrar os esforços das várias entidades responsáveis e atuar em conjunto.

No que diz respeito aos trabalhos da responsabilidade do Município, os principais constrangimentos apontados para a sua execução prendem-se com os meios de execução e com os meios de financiamento. A autarquia não dispõe de meios humanos suficientes pelo que será obrigatória a contratação de uma empresa prestadora de serviços. Assim, os custos envolverão meios de financiamento da Autarquia, que, devido à situação de cortes orçamentais, terá que candidatar grande parte dos trabalhos a fundos comunitários de financiamento. Assim, grande parte da execução estará dependente das candidaturas apresentadas e sua aprovação.

Uma grande percentagem de FGC a executar diz respeito às faixas de proteção a aglomerados populacionais, da responsabilidade dos proprietários em causa, pelo que a sua execução poderá igualmente ficar comprometida pela disponibilidade financeira dos mesmos. No entanto, o Município em situações de maior risco de incêndio, tem-se substituído aos proprietários detentores dos terrenos e tem vindo a assegurar a manutenção destas faixas, através da equipe de sapadores florestais do Concelho de Tabuaço, mas torna-se cada vez mais difícil assegurar esta gestão devido aos custos que acarreta. Neste campo, é aconselhável proceder a uma série de ações de sensibilização e de aconselhamento aos proprietários, para que estes sejam conhecedores das opções que poderão tomar em relação à gestão florestal dos seus terrenos, confinantes a habitações.

Foram também marcados alguns mosaicos de parcelas de gestão de combustível, de forma estratégica, que poderão ser úteis no combate a incêndios, ficando a sua gestão

dependente essencialmente de candidaturas que se possam vir a efetuar no âmbito do novo quadro comunitário, uma vez que também estes mosaicos são de caráter privado.

Em relação às faixas de gestão de combustível da rede elétrica de média, alta e muito alta tensão, as entidades responsáveis têm assegurado a sua execução e manutenção através de empresas prestadoras de serviços.

Relativamente à manutenção das faixas de gestão e combustível associadas à rede viária florestal nacional, esta tem vindo a ser executada todos os anos e por vezes mais do que uma vez ao ano, contudo não tem sido intervencionada nos 10 metros conforme o estipulado na legislação para o efeito, pelo que as entidades respetivas devem seguir as normas da legislação em vigor e executar a faixas nos 10 m, e seguir o estipulado no PMDFCI.

Relativamente à periodicidade da execução das faixas de gestão de combustível aqui apresentadas para o período de 2020 a 2029, no que diz respeito aos aglomerados populacionais, estradas nacionais e municipais, prevê-se que sejam executadas todos os anos, tendo em conta a defesa de pessoas e bens. No que diz respeito às faixas de gestão de combustível da rede elétrica, prevê-se a sua execução de três em três anos, uma vez que os combustíveis crescem muito rápido, evitando assim acumulação de material combustível inflamável de maiores dimensões e por sua vez, torna a sua execução mais fácil e rápida no futuro. Quanto às faixas de gestão de combustível da rede primária e mosaicos, prevê-se a sua execução mais espaçada, uma vez que a sua execução total, estará dependente de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

No caso da existência de interceção de superfícies a submeter a trabalhos de gestão de combustível, sem prejuízo do disposto nos n.ºs. 13 e 14 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, à sua atual redação, deve ser respeitada a seguinte priorização quanto à responsabilidade de execução: 1.º rede elétrica de muito alta tensão; 2.º rede elétrica de alta tensão; 3.º rede elétrica de média tensão; 4.º rede viária nacional; 5.º rede viária municipal; 6.º aglomerados populacionais; 7.º rede primária e 8.º mosaicos.

4.1.2.2. Rede de FGC e MPGC

Intervenções na Rede de FGC para 2020-2029

Código da Descrição da Faixa/ Mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total c/nec. de interv. (ha)	Área total s/nec. de interv. (ha)	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
2	Aglomerados populacionais	147,91	295,81	443,72	147,91	147,91	147,91	147,91	147,91	147,91	147,91	147,91	147,91	147,91
4	Rede viária florestal	201,13	64,01	265,14	49,92	151,21	49,92	49,92	151,21	49,92	49,92	151,21	49,92	49,92
7	Rede elétrica em muita alta tensão	120,78	58,33	179,11	70,55	0	50,23	70,55	0	50,23	70,55	0	50,23	70,55
8	Rede primária	370,56	220,86	591,42	0	0	0	370,56	0	0	0	0	0	0
10	Rede elétrica em média tensão	74,65	83,82	158,47	30,86	19,15	24,64	30,86	19,15	24,64	30,86	19,15	24,64	30,86
11	Mosaicos	350,11	65,43	415,54	0	0	0	0	350,11	0	0	0	0	0
13	Rede elétrica em alta tensão	25,77	28,82	54,59	22,15	3,62	0	22,15	3,62	0	22,15	3,62	0	22,15
Total (ha)		1290,91	817,08	1842,89	321,39	321,89	272,7	691,95	672	272,7	321,39	321,89	272,7	321,39

4.1.2.3 Regras de Edificação

4.1.2.3.1 Regras para as edificações existentes

Relativamente à definição de regras para as edificações existentes e no seguimento do estipulado com o nº 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, na sua atual redação, consideram-se as seguintes situações:

1 – Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a edifícios inseridos em espaços rurais, são obrigados a proceder à gestão de combustível, de acordo com as normas constantes ao anexo do presente decreto-lei e que dele faz parte integrante, numa faixa com as seguintes dimensões:

a) Largura não inferior a 50m, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, sempre que esta faixa abranja terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais;

b) Largura não inferior a 10m, 15m e 20m, nas zonas classificadas no PMDFCI como muito baixa, baixa e média perigosidade respetivamente, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, quando a faixa abranja exclusivamente terrenos ocupados com outras ocupações.

c) Largura não inferior a 50m, nas zonas classificadas no PMDFCI como alta e muito alta perigosidade respetivamente, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, quando a faixa abranja exclusivamente terrenos ocupados com outras ocupações.

4.1.2.3.2 Regras para as novas Edificação

A construção de novos edifícios ou a ampliação de edifícios existentes apenas são permitidas fora das áreas edificadas consolidadas, nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida no PMDFCI como média, baixa e muito baixa perigosidade, desde que se cumpram, cumulativamente, os seguintes condicionalismos:

1.1 Faixa de Proteção às Edificações:

- a) Em terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais, garantir, na sua implantação no terreno, a distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m, medida a partir da alvenaria exterior da edificação;
- b) Quando inseridas ou confinantes com outras ocupações, localizadas nas zonas classificadas no PMDFCI como muito baixa, baixa e média perigosidade têm de salvaguardar na sua implantação no terreno, a garantia de uma faixa de proteção de 10 m (muito baixa), 15 m (baixa) e 20 m (média) respetivamente, desde que esteja assegurada uma faixa de 50 metros sem ocupação florestal;
- c) Adotar medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos;
- d) Existência de parecer favorável da comissão (CMDf);
- e) Quando a faixa de proteção de uma dada edificação integre rede secundária ou primária estabelecida, infraestruturas viárias ou planos de água, a área destas pode ser contabilizada na distância mínima exigida para aquela faixa de proteção.
- f) A construção de novos edifícios ou o aumento da área de implantação de edifícios existentes, destinados exclusivamente ao turismo de habitação, ao turismo no espaço rural, à atividade agrícola, silvícola, pecuária, aquícola ou atividades industriais conexas e exclusivamente dedicadas ao aproveitamento e valorização dos produtos e subprodutos da respetiva exploração, pode, em casos excecionais e a pedido do interessado e em função da análise de risco apresentada, ser reduzida até 10m a distância à estrema da propriedade da faixa de proteção prevista na alínea a) do n.º 4, do artigo 16.º do Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de Junho, na sua atual redação, por deliberação da câmara municipal, caso sejam verificadas as seguintes condições:
- i) Medidas excecionais de proteção relativas à defesa e resistência do edifício à passagem do fogo;
 - ii) Medidas excecionais de contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos;
 - iii) Existência de parecer favorável da comissão;

iv) Para o efeito do disposto nas alíneas anteriores, os membros do Governo responsáveis pelas áreas da proteção civil e das florestas aprovam uma portaria que enquadra as regras a que obedecem a análise de risco e as medidas excecionais.

v) Enquanto a portaria referida no ponto anterior não for publicada, o enquadramento das regras a que obedecem a análise de risco e as medidas excecionais cabe à Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

g) Aos proprietários de terrenos confinantes com os indicados na alínea anterior não é aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-lei nº 124/2006 de 28 de junho, na sua atual redação.

h) Os condicionalismos aqui previstos não se aplicam aos edifícios inseridos nas áreas previstas nos n.ºs 10 e 13 do artigo 15.º do Decreto-lei nº 124/2006 de 28 de junho, na sua atual redação.

i) As edificações existentes abrangidas pelo Regime de Regularização de Atividades Económicas, aprovado pelo Decreto Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, na sua redação atual, podem ser dispensadas das condições previstas nos n.os 4 a 8 do artigo 16.º do Decreto-lei nº 124/2006 de 28 de junho, na sua atual redação, por deliberação da câmara municipal, desde que o seu cumprimento se tenha tornado inviável e sejam propostas medidas adequadas de minimização do perigo de incêndio, objeto de parecer favorável da CMDF.

j) Excetua-se do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-lei nº 124/2006 de 28 de junho, na sua atual redação, a construção de novos edifícios destinados a utilizações exclusivamente agrícolas, pecuárias, aquícolas, piscícolas, florestais ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos que sejam reconhecidas de interesse municipal por deliberação da câmara municipal, desde que verificadas as seguintes condições:

- a) Inexistência de alternativa adequada de localização;
- b) Medidas de minimização do perigo de incêndio a adotar pelo interessado, incluindo a faixa de gestão de 100 metros;
- c) Medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo;

d) Demonstração de que os novos edifícios não se destinam a fins habitacionais ou turísticos, ainda que associados à exploração;

e) Existência de parecer favorável da CMDF.

k) Os regulamentos municipais devem definir as regras decorrentes das medidas de defesa estabelecidas nos PMDFCI para as áreas edificadas consolidadas.

1.2 Gestão de combustível na faixa e medidas de proteção às habitações:

a) No estrato arbóreo, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, devendo estar desramadas em 50% da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo:

b) No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas na alínea anterior, a distância entre as copas das árvores permitidas deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50% da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;

c) No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm:

d) No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm;

e) As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício;

f) Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 m a 2 m de largura, circundando todo o edifício;

g) Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

4.1.2.4 – RVF

Intervenções (manutenção) da Rede Viária Florestal para 2020-2029													
Rede DFCI	RVF com necessidade de intervenção (KM)	RVF sem necessidade de intervenção (KM)	RVF Total (KM)	Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (KM)									
				2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
RVF 2ª Ordem	39,22	122,6	161,82	7,20	3,27	18,74	10,01	0	7,20	3,27	18,74	10,01	0
Rede Complementar	3,07	2,31	5,38	0	0,86	1,85	0,36	0	0	0,86	1,85	0,36	0
Total (km)	42,29	124,91	167,20	7,20	4,13	20,59	10,37	0	7,20	4,13	20,59	10,37	0

No mapa e quadros anteriormente apresentados figuram apenas a rede viária relativa aos caminhos florestais de terra batida, que vão ser sujeitos a manutenção, e que foram alvo de levantamento com GPS. Não se considerou a rede viária nacional e municipal alcatroadas.

4.1.2.5 – RPA

Intervenções (construção/manutenção) da Rede de Pontos para 2020-2029															
Concelho	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação da Rede de Pontos de Água	Classe PA	Volume máximo (m3)	Tipo de Intervenção (C- Construir e/ou M – Manter/Beneficiar)									
						2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Tabuaço	3	115	Outros	Terreste	200	-	-	M	-	-	-	-	-	-	-
	4	115	Outros	Terreste	200	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	115	Outros	Terreste	96	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	10	214	Charca	Aéreo	3200	-	C	-	-	-	-	-	-	-	-
	11	214	Charca	Misto	3200	-	C	-	-	-	-	-	-	-	-
	12	214	Charca	Aéreo	3200	-	C	-	-	-	-	-	-	-	-
	13	214	Charca	Misto	8400	-	C	-	-	-	-	-	-	-	-
Total				7	18 496										

4.1.3. Metas e Indicadores, Estimativas de Orçamento e Responsabilidades

Metas e Indicadores – Aumento da Resiliência do território aos Incêndios Florestais															
Concelho	Ação	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis										Total	
				2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029		
TABUAÇO	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	147,91	147,91	147,91	147,91	147,91	147,91	147,91	147,91	147,91	147,91	1479,10
		4		ha	49,92	151,21	49,92	49,92	151,21	49,92	49,92	151,21	49,92	49,92	803,07
		7		ha	70,55	0	50,23	70,55	0	50,23	70,55	0	50,23	70,55	432,89
		8		ha	0	0	0	370,56	0	0	0	0	0	0	370,56
		10		ha	30,86	19,15	24,64	30,86	19,15	24,64	30,86	19,15	24,64	30,86	254,81
		11		ha	0	0	0	0	350,11	0	0	0	0	0	350,11
		13		ha	22,15	3,62	0	22,15	3,62	0	22,15	3,62	0	22,15	99,46
	Construção e Manutenção da RVF	2	Beneficiação da rede viária florestal	km	7,20	3,27	18,74	10,01	0	7,20	3,27	18,74	10,01	0	78,44
		3		Km	0	0,86	1,85	0,36	0	0	0,86	1,85	0,36	0	6,14
	Manutenção de PA	M	Manutenção de Pontos de Água Terrestres	Nº	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
		M		Nº	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		M		Nº	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Construção do PA	C	Construção do PA Aéreo	Nº	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		C	Construção do PA Misto	Nº	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		C	Construção do PA Aéreo	Nº	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		C	Construção do PA Misto	Nº	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Estimativa de Orçamento (Euros) e responsáveis – Aumento da Resiliência do território aos Incêndios Florestais															
Concelho	Ação	Responsáveis	Indicadores mensuráveis										Total		
			2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029			
TABUAÇO	Rede de Faixas de Gestão de Combustíveis	2	Privados	147910,00	147910,00	147910,00	147910,00	147910,00	147910,00	147910,00	147910,00	147910,00	147910,00	1 479 100,00	
		4	IP/Município	39936,00	120968,00	39936,00	39936,00	120968,00	39936,00	39936,00	120968,00	39936,00	39936,00	39936,00	642 456,00
		7	REN	84660,00	0,00	60276,00	84660,00	0,00	60276,00	84660,00	0,00	60276,00	84660,00	84660,00	519 468,00
		8	A definir	0,00	0,00	0,00	444852,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	444 852,00
		10	EDP	37032,00	22980,00	29568,00	37032,00	22980,00	29568,00	37032,00	22980,00	29568,00	37032,00	37032,00	305 772,00
		11	Município / J.Freguesia	0,00	0,00	0,00	0,00	420132,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,11
		13	EDP/Finerge	26580,00	4344,00	0,00	26580,00	4344,00	0,00	26580,00	4344,00	0,00	26580,00	26580,00	119352,00
	Construção e Manutenção da RVF	2	Município / J.Freguesia	8640,00	3924,00	22488,00	12012,00	0,00	8640,00	3924,00	22488,00	12012,00	0,00	0,00	94128,00
		3	Município / J.Freguesia	0,00	817,00	1757,50	342,00	0,00	0,00	817,00	1757,50	342,00	0,00	0,00	5833,00
	Manutenção do PA	M	Município / J.Freguesia	0	0	2 000	0	0	0	0	0	0	0	0	2 000
		M	Município / J.Freguesia	2 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 000
		M	Município / J.Freguesia	2 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 000
	Construção do PA	C	Município	0	40 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40 000
		C	Município	0	40 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40 000
		C	Município	0	40 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40 000
		C	Município	0	40 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40 000

Os valores apresentados são de referência e têm por base os valores atualmente praticados pelos prestadores de serviços nas áreas em causa.

No que diz respeito às áreas cuja responsabilidade é da Câmara Municipal verificam-se ser orçamentos extremamente elevados não tendo o Município capacidade financeira para a sua total execução pelo que, estará dependente de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

4.2. 2º EIXO ESTRATÉGICO

REDUZIR A INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

4.2.1. Avaliação

4.2.1.1 Comportamentos de Risco

Comportamento de Risco					
Grupo alvo	O quê?	Como?	Onde?	Quando	
Pastores	Renovação de Pastagens	Queima de matos e herbáceas	Sendim	Agosto	Segunda-Feira
População	Vandalismo	Fogo por prazer de destruir	Sta. Leocádia	Agosto	Sexta-Feira
Agricultores	Limpeza de solo Agrícola	Queima de combustíveis agrícolas	Barcos	Março	Terça-Feira
Agricultores	Borraheiras	Queima de restos de agricultura	Vale Figueira	Abril	Sexta-Feira
Festeiros	Festa de Santo Antão	Uso de fogo de artifício	Desejosa	Janeiro	17/18
	Festa de S. Sebastião	Uso de fogo de artifício	Balsa	Janeiro	20/21
	Festa de N.ª Sr.ª da Ribeira	Uso de fogo de artifício	Valença do Douro	Março	25/26
	Festa de S. Marcos	Uso de fogo de artifício	Guedieiros	Abril	25/26
	Festa de S. João	Uso de fogo de artifício	Tabuaço	Junho	22/29
	Festa de S. Pedro	Uso de fogo de artifício	Granjinha	Junho	29/30
	Festa de Santo Aleixo	Uso de fogo de artifício	Santo Aleixo	Julho	17/18
	Festa de Santa Maria Madalena	Uso de fogo de artifício	Cabriz	Julho	22/23
	Festa de Nossa Senhora dos Milagres	Uso de fogo de artifício	Chavães	Julho	29/30
	Festa da Nossa Senhora do Bom Júízo / Festa de Nossa Senhora de Conduzente	Uso de fogo de artifício	Adorigo	Agosto	1º Domingo
	Festa da Nossa Senhora da Saúde	Uso de fogo de artifício	Longa	Agosto	1º Domingo
	Festa de Nossa Senhora das Neves	Uso de fogo de artifício	Granja Do Tedo	Agosto	4/5
	Festas de N. Sra. Da Saúde	Uso de fogo de artifício	Longa	Agosto	5/7
	Festa de Santa Bárbara	Uso de fogo de artifício	Pereiro	Agosto	13/14
	Festa de Nossa Senhora do Sabroso	Uso de fogo de artifício	Barcos	Agosto	14/15
	Festa de S. Mamede	Uso de fogo de artifício	Paradela	Agosto	16/17
	Festa de S. Bartolomeu	Uso de fogo de artifício	Santa Leocádia	Agosto	23/25
	Festa do S. do Calvário	Uso de fogo de artifício	Carrazedo	Agosto	26/27
	Festa de Santa Eufémia	Uso de fogo de artifício	Pinheiros	Setembro	15/17
	Festa de S. Martinho	Uso de fogo de artifício	Chavães	Novembro	10/11
Festa de Nossa Senhora da Apresentação	Uso de fogo de artifício	Vale de Figueira	Novembro	19/20	
Festa de Nossa Senhora da Conceição	Uso de fogo de artifício	Tabuaço	Dezembro	7/8	

Comportamento de Risco					
Grupo alvo	O quê?	Como?	Onde?	Quando	
Festeiros	Festa de Santa Luzia	Uso de fogo de artifício	Sendim	Dezembro	13 ou Domingo seguinte
	Festa de S. Silvestre	Uso de fogo de artifício	Arcos	Dezembro	30/31
Apicultor	Realização de fumigação	Sem considerar as medidas de segurança	Todo o Concelho	Primavera e Verão	Primavera e Verão
Proprietários Florestais / Agricultor	Realização de queima de sobrantes	Sem considerar as medidas de segurança	Todo o Concelho	Primavera e Verão	Primavera e Verão

A tabela apresentada é baseada no histórico dos incêndios apresentado no Caderno I, contendo também outras situações inerentes de risco incêndio que este Município considerou pertinente.

Apresentam-se aqui também apenas algumas situações concretas, nomeadamente no que diz respeito a renovação de pastagens, vandalismo, limpeza do solo agrícola e borralheiras, pelo que sabemos que existem mais ocorrências com este tipo de causas.

4.2.2.1 Fiscalização

De acordo com o solicitado no guia técnico de elaboração do PMDFCI, relativamente às ações de fiscalização no concelho de Tabuaço, foram disponibilizados os dados para os anos de 2018 e 2019, à data atual de apresentação do PMDFCI. Foram levantados dois autos, dois processos instruídos e duas contraordenações por queima de sobrantes (n.º 1 e 2 do artigo 28.º, do DL n.º 124/2006 de 28 de junho à sua atual redação) e 19 Autos, 19 processos instruídos, nove processos não enquadrados e 10 contraordenações por falta de gestão de combustíveis e (n.º 1, 2, 8, 9, 12 e 13 do artigo 15.º, do DL n.º 124/2006 de 28 de junho à sua atual redação).

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO em 2018					
Tipologia Prevista na Legislação	Nº de Autos Levantados	Nº de Processos Instruídos	Nº de Processos não Enquadrados	Nº de Contraordenações	% do Nº de Processos de Contraordenação e por Processos Instruídos
Queima de sobrantes (n.º 1 e 2 do artigo 28.º)	1	1	0	1	100%
Queimadas (n.º 2, 3 e 4 do artigo 27.º)	0	0	0	0	
Falta de limpeza de FGC (n.º 1, 2, 8, 9, 12 e 13 do artigo 15.º)	18	18	9	9	50%

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO em 2019					
Tipologia Prevista na Legislação	Nº de Autos Levantados	Nº de Processos Instruídos	Nº de Processos não Enquadrados	Nº de Contraordenações	% do Nº de Processos de Contraordenação e por Processos Instruídos
Queima de sobrantes (n.º 1 e 2 do artigo 28.º)	1	1	0	1	100%
Queimadas (n.º 2, 3 e 4 do artigo 27.º)	0	0	0	0	
Falta de limpeza de FGC (n.º 1, 2, 8, 9, 12 e 13 do artigo 15.º)	1	1	0	1	100%

4.2.2. Planeamento das ações do 2º Eixo Estratégico

4.2.2.1. Sensibilização da População

Adaptando-nos à realidade e ao resultado do conhecimento geral dos grupos-alvo apresentam-se as possíveis ações a ser desenvolvidas, neste concelho, no âmbito deste eixo estratégico.

Objetivo Estratégico: Conceber uma Campanha de Sensibilização destinada a educar e sensibilizar a população deste concelho, perspetivando a melhoria e o conhecimento das causas dos incêndios e as suas motivações.

Objetivos operacionais: A Campanha de Sensibilização dirigir-se-á à população em geral, salientando os Agricultores, Pastores, Caçadores e Proprietários/Produtores Florestais, tendo como prioridade atuar nas freguesias de primeira e segunda prioridade de DFCI. É alvo desta sensibilização também a população escolar educando e sensibilizando as crianças em idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos.

Salientam-se ainda outros objetivos que se enquadram no âmbito deste plano de sensibilização, tais como:

- preservar o património florestal comum, em especial, a sensibilização para as questões florestais neste concelho;
- contribuir para saber viver e reconhecer a floresta enquanto elemento essencial para o equilíbrio ecológico e ambiental;
- fazer perceber a floresta enquanto riqueza nacional e fomentar o espírito de cidadania.

Assim, torna-se necessário divulgar e sensibilizar a população para todos os riscos inerentes a uma floresta mal cuidada, não se aceitando esta realidade como um fatalismo, valendo a pena equacionar a hipótese de que todos podemos e devemos proteger um bem comum e vital.

As atividades que constituem o plano de ação decorrerão enquadradas com o cronograma que se apresentará mais adiante. No quinquénio anterior (2008-2012) foram efetuadas algumas sessões de sensibilização tendo esta câmara através do GTF diligenciado ações de sensibilização por todo o concelho com o apoio da OPF Ribaflores. Algumas destas ações estiveram enquadradas no Plano de sensibilização da ICNF em que a referida OPF estava envolvida. Preconiza-se novamente as mesmas ações para o Concelho, salvaguardando sempre que estão sujeitas e dependentes da aprovação de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

A sensibilização que se pretende realizar apresenta várias iniciativas:

- I. Elaborar panfletos e material didático;
- II. Realizar ciclos de sessões de sensibilização nas juntas de freguesia;

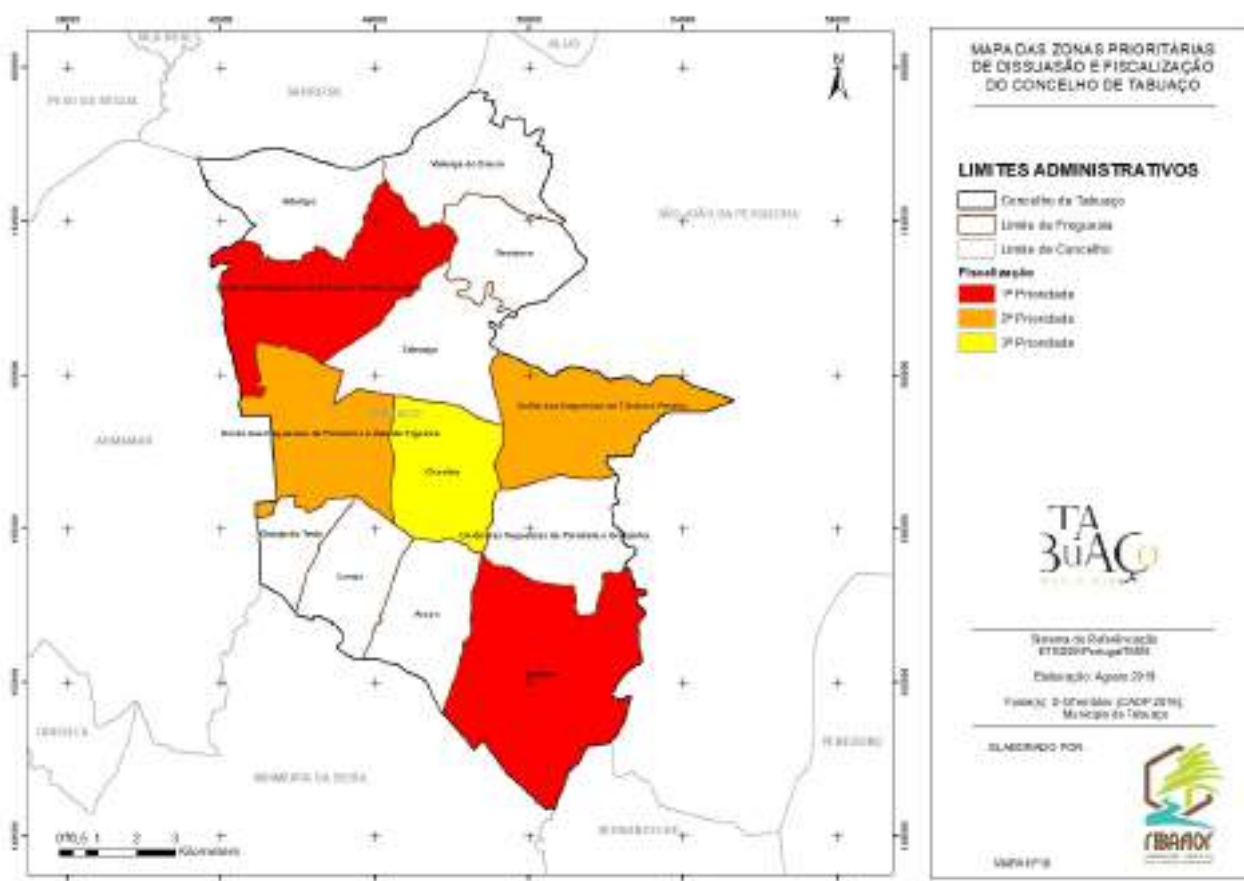
III. Realizar ciclos de sessões de sensibilização nas escolas do 1º ciclo do ensino básico, assinalando e comemorando datas especiais – 21 de março (Dia Mundial da Floresta).

Sensibilização da População - Ações de Sensibilização								
Ação	Data	Local	Objetivos	Indicadores				
				2020	2021	2022	2023	2024
Elaboração panfletos e material didático	Antes do Período Crítico	Juntas de Freguesia e Centros Escolares	Pretendem-se divulgar as ações de sensibilização a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. O material didático será dirigido ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.			Conceção de design do material gráfico, panfletos, autocolantes e material didático		2000 panfletos 1500 lápis
Ações de Sensibilização nas Juntas de Freguesia	Antes do Período Crítico	As Juntas de freguesia com maior concentração populacional, identificadas como primeira e segunda prioridade de DFCI.	Sensibilizar os agricultores/pastores/população rural e população em geral (incluindo campistas/turistas) sobre as possíveis consequências inerentes ao incorreto uso do fogo e/ou à não consideração das medidas de segurança necessárias, especialmente durante o período crítico.		Cinco Ações			Cinco Ações
Sessões de sensibilização nas escolas do 1º ciclo do ensino básico	21 de março	Centros Escolares de Tabuaço	Com a realização destas sessões pretende-se contribuir para a sensibilização e informação dos alunos para a importância da floresta e sua proteção, com ênfase na prevenção dos incêndios florestais.	Uma Ação	Uma Ação	Uma Ação	Uma Ação	Uma Ação

Sensibilização da População - Ações de Sensibilização								
Ação	Data	Local	Objetivos	Indicadores				
				2025	2026	2027	2028	2029
Elaboração panfletos e material didático	Antes do Período Crítico	Juntas de Freguesia e Centros Escolares	Pretendem-se divulgar as ações de sensibilização a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. O material didático será dirigido ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.			2000 panfletos 1500 lápis		
Ações de Sensibilização nas Juntas de Freguesia	Antes do Período Crítico	As Juntas de freguesia com maior concentração populacional, identificadas como primeira e segunda prioridade de DFCI.	Sensibilizar os agricultores/pastores/população rural e população em geral (incluindo campistas/turistas) sobre as possíveis consequências inerentes ao incorreto uso do fogo e/ou à não consideração das medidas de segurança necessárias, especialmente durante o período crítico.		Cinco Ações			Cinco Ações
Sessões de sensibilização nas escolas do 1º ciclo do ensino básico	21 de março	Centros Escolares de Tabuaço	Com a realização destas sessões pretende-se contribuir para a sensibilização e informação dos alunos para a importância da floresta e sua proteção, com ênfase na prevenção dos incêndios florestais.	Uma Ação	Uma Ação	Uma Ação	Uma Ação	Uma Ação

4.2.2. Fiscalização

Relativamente às zonas prioritárias de dissuasão e fiscalização do concelho de Tabuaço e de acordo com o histórico dos incêndios e dos pontos prováveis de início e comportamentos de risco identificados, foram identificadas as freguesias onde existe maior concentração de ocorrências. Dentro das freguesias prioritárias para as ações de fiscalização, foram definidas prioridades tendo por base, as causas e o número de ocorrências registadas em cada uma das freguesias, destacando-se aqui a freguesia de Sendim e a união de freguesias de Barcos e Santa Leocádia, como aquelas que de acordo com a análise do histórico dos incêndios do caderno I, revelam maior fragilidade, devendo por isso terem uma ação de fiscalização mais presente nestes locais.



4.2.3. Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento da Sensibilização e Fiscalização

Sensibilização da População – Metas e Indicadores						
Ação	Metas	Indicadores				
		2020	2021	2022	2023	2024
Elaboração de panfletos e material didático	Com a elaboração e edição de panfletos, pretendem-se divulgar as ações de sensibilização a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. Os panfletos são do tipo tríptico. O material didático será dirigido ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.			Conceção de design do material gráfico, panfletos, autocolantes e material didático		2000 panfletos 1500 lápis
Realizar sessões de sensibilização nas juntas de freguesia	Com esta atividade pode dar-se a conhecer à população em geral, salientando os Agricultores, Pastores, caçadores e Proprietários e Produtores Florestais todos os riscos inerentes aos incêndios florestais, bem como a sua prevenção, de uma forma simples e clara. Estes ciclos de sessões devem realizar-se durante os anos preconizados e deverão decorrer nos três meses que antecedem o período crítico de incêndios florestais, ou no mês imediato, a título de balanço e recomendação para o ano seguinte. É imprescindível chegar aos cidadãos de uma forma ativa, de modo a que também eles possam cooperar, expondo as suas dúvidas e as suas ideias. No intuito de manter a atualidade, as sessões anuais devem abordar subtemas da sensibilização estruturante.		Uma sessão por freguesia de primeira e segunda DFCI			Uma sessão por freguesia de primeira e segunda DFCI
Realizar sessões de sensibilização nas escolas do 1º ciclo do ensino básico	Pretende assinalar-se a data relevante relacionada com as atividades de sensibilização nas escolas. Assim, considera-se a seguinte data: Dia Mundial da Floresta (21 de março). Esta atividade contempla diversas ações, tais como, visitas às escolas, entre outros, pretendendo-se que estas datas especiais sejam sempre lembradas.	Duas freguesias e duas escolas	Duas freguesias e duas escolas	Duas freguesias e duas escolas	Duas freguesias e duas escolas	Duas freguesias e duas escolas

Sensibilização da População – Metas e Indicadores						
Ação	Metas	Indicadores				
		2025	2026	2027	2028	2029
Elaboração de panfletos e material didático	Com a elaboração e edição de panfletos, pretendem-se divulgar as ações de sensibilização a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. Os panfletos são do tipo tríptico. O material didático será dirigido ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.			2000 panfletos 1500 lápis		2000 panfletos 1500 lápis
Realizar sessões de sensibilização nas juntas de freguesia	Com esta atividade pode dar-se a conhecer à população em geral, salientando os Agricultores, Pastores, caçadores e Proprietários e Produtores Florestais todos os riscos inerentes aos incêndios florestais, bem como a sua prevenção, de uma forma simples e clara. Estes ciclos de sessões devem realizar-se durante os anos preconizados e deverão decorrer nos três meses que antecedem o período crítico de incêndios florestais, ou no mês imediato, a título de balanço e recomendação para o ano seguinte. É imprescindível chegar aos cidadãos de uma forma ativa, de modo a que também eles possam cooperar, expondo as suas dúvidas e as suas ideias. No intuito de manter a atualidade, as sessões anuais devem abordar subtemas da sensibilização estruturante.		Uma sessão por freguesia de primeira e segunda DFCI			Uma sessão por freguesia de primeira e segunda DFCI
Realizar sessões de sensibilização nas escolas do 1º ciclo do ensino básico	Pretende assinalar-se a data relevante relacionada com as atividades de sensibilização nas escolas. Assim, considera-se a seguinte data: Dia Mundial da Floresta (21 de março). Esta atividades contempla diversas ações, tais como, visitas às escolas, entre outros, pretendendo-se que estas datas especiais sejam sempre lembradas.	Duas freguesias e duas escolas	Duas freguesias e duas escolas	Duas freguesias e duas escolas	Duas freguesias e duas escolas	Duas freguesias e duas escolas

No enquadramento em que a floresta portuguesa é encarada como uma efetiva prioridade nacional, e regional, importa mudar profundamente a relação da sociedade com a floresta, agindo de forma concertada no sector florestal e criando condições para a implementação de ações de natureza estrutural cuja concretização imediata se impõe face à necessidade de dar primazia à gestão e preservação do património florestal existente em harmonia com as atividades humanas.

Sendo assim a sensibilização dos cidadãos para o risco de ignição, propagação de incêndios e para a importância da fileira florestal é um importante objetivo deste plano.

Para que a Sensibilização seja eficaz torna-se necessário efetuar um estudo para determinar os grupos-alvo de modo a poder-se efetuar um melhor planeamento das ações a implementar junto de cada grupo.

Relativamente à fiscalização torna-se difícil no momento estabelecer metas e indicadores uma vez que deveríamos trabalhar sobre o estudo diagnóstico que não pôde ser efetuado devido à limitação nos dados disponíveis.

Fiscalização - Metas e Indicadores						
Indicadores						
Ação	Metas	2020	2021	2022	2023	2024
Fiscalização das atividades relacionadas com a gestão de combustível em espaços florestais	Redução do nº de autos levantados, processos instruídos e contraordenações	Reduzir em 50% o nº de autos levantados, processos instruídos e contraordenações nas tipologias apresentadas anteriormente	Reduzir em 50% o nº de autos levantados, processos instruídos e contraordenações nas tipologias apresentadas anteriormente	Reduzir em 60% o nº de autos levantados, processos instruídos e contraordenações nas tipologias apresentadas anteriormente	Reduzir em 60% o nº de autos levantados, processos instruídos e contraordenações nas tipologias apresentadas anteriormente	Reduzir em 70% o nº de autos levantados, processos instruídos e contraordenações nas tipologias apresentadas anteriormente

Fiscalização - Metas e Indicadores						
Indicadores						
Ação	Metas	2025	2026	2027	2028	2029
Fiscalização das atividades relacionadas com a gestão de combustível em espaços florestais	Redução do nº de autos levantados, processos instruídos e contraordenações	Reduzir em 70% o nº de autos levantados, processos instruídos e contraordenações nas tipologias apresentadas anteriormente	Reduzir em 80% o nº de autos levantados, processos instruídos e contraordenações nas tipologias apresentadas anteriormente	Reduzir em 80% o nº de autos levantados, processos instruídos e contraordenações nas tipologias apresentadas anteriormente	Reduzir em 90% o nº de autos levantados, processos instruídos e contraordenações nas tipologias apresentadas anteriormente	Reduzir em 100% o nº de autos levantados, processos instruídos e contraordenações nas tipologias apresentadas anteriormente

Sensibilização da População – Estimativa de Orçamento e Responsáveis												
Ação	Metas	Responsáveis	Orçamento (euros)									
			2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Elaboração de panfletos e material didático	Com a elaboração e edição de panfletos, pretendem-se divulgar as ações de sensibilização a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. Os panfletos são do tipo tríptico. O material didático será dirigido ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.	GTF (em parceria e/ou colaboração com OPF e demais intervenientes na DFC – CMDF/BVT/GNR /ICNF)	0	0	500	0	1 500	0	0	1500	0	1500
Realizar sessões de sensibilização nas juntas de freguesia de primeira e segunda prioridade de DFCI	Com esta atividade pode dar-se a conhecer à população em geral, salientando os Agricultores, Pastores, caçadores e Proprietários e Produtores Florestais todos os riscos inerentes aos incêndios florestais, bem como a sua prevenção, de uma forma simples e clara. Estes ciclos de sessões devem realizar-se durante os anos preconizados e deverão decorrer nos três meses que antecedem o período crítico de incêndios florestais, ou no mês imediato, a título de balanço e recomendação para o ano seguinte. É imprescindível chegar aos cidadãos de uma forma ativa, de modo a que também eles possam cooperar, expondo as suas dúvidas e as suas ideias. No intuito de manter a atualidade, as sessões anuais devem abordar subtemas da sensibilização estruturante.	GTF (em parceria e/ou colaboração com OPF e demais intervenientes na DFC – CMDF/BVT/GNR /ICNF)	0	2 000	0	0	2 000	0	2 000	0	0	2 000
Realizar sessões de sensibilização nas escolas do 1º ciclo do ensino básico	Pretende assinalar-se a data relevante relacionada com as atividades de sensibilização nas escolas. Assim, considera-se a seguinte data: Dia Mundial da Floresta (21 de março). Esta atividade contempla diversas ações, tais como, visitas às escolas, entre outros, pretendendo-se que estas datas especiais sejam sempre lembradas.	GTF (em parceria e/ou colaboração com OPF e demais intervenientes na DFC – CMDF/BVT/GNR /ICNF)	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600
Total			600	2 600	1 100	600	4 100	600	2 600	2 100	600	4 100

Como se pode observar pelo quadro atrás apresentado a responsabilidade da sensibilização preconizada passa pelo Município sendo que, para fazer face às despesas de algumas rubricas, o Município estará também dependente da aprovação de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

No que diz respeito à orçamentação desta área da fiscalização apresenta-se apenas o orçamento referente à ação do GTF uma vez que para as outras entidades é difícil essa quantificação.

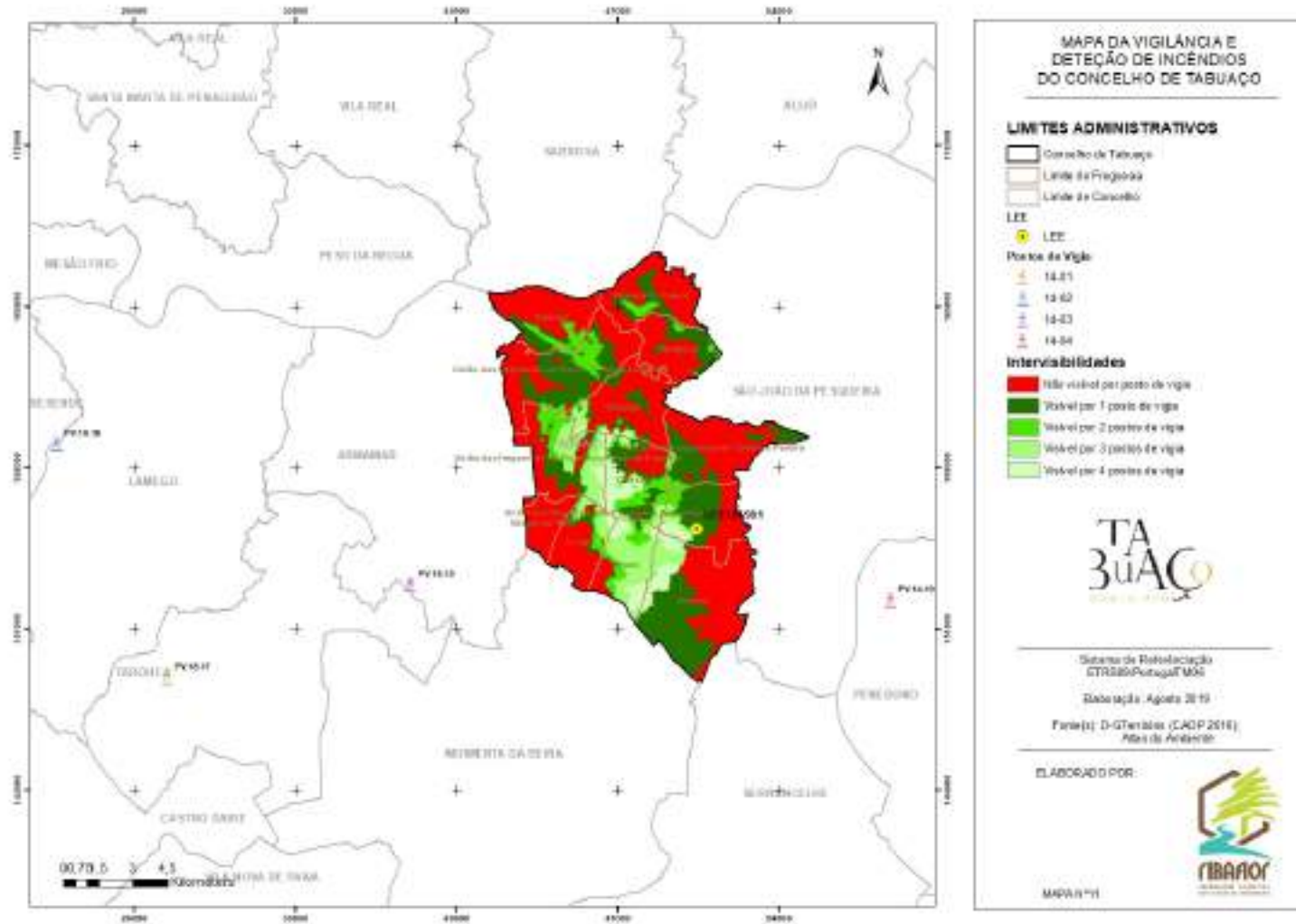
Fiscalização – Estimativa de Orçamento e Responsáveis												
Ação	Metas	Responsáveis	Orçamento (euros)									
			2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Fiscalização das atividades relacionadas com o fogo em espaços florestais	Redução do nº de incêndios	CMDF, B.V.T., GNR, GTF	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000
Total			2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000

4.3. 3º EIXO ESTRATÉGICO

MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS

4.3.1. Avaliação

4.3.1.1. Vigilância e Detecção



Índice entre o número de incêndios e o número total de equipas de Vigilância (2018)

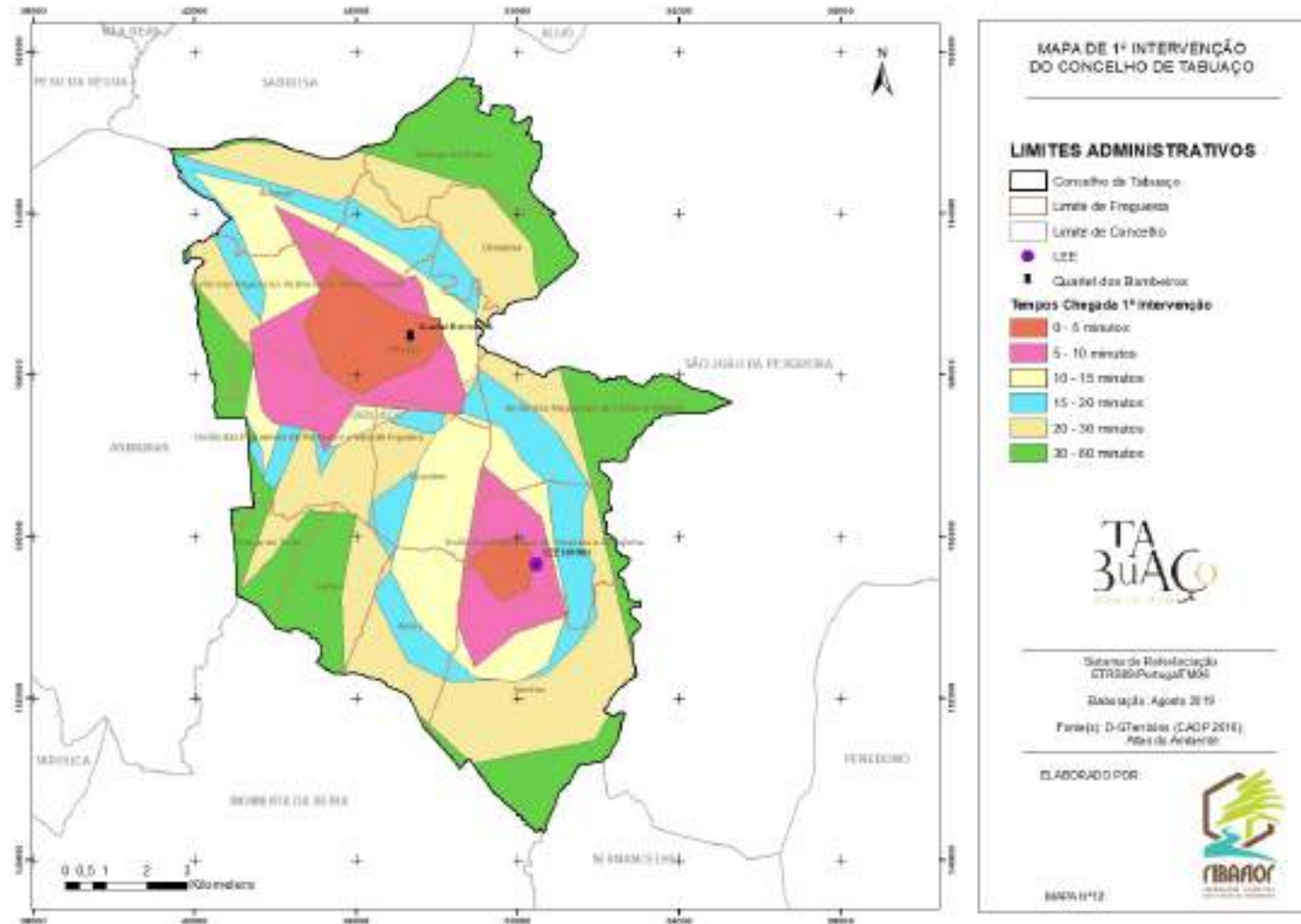
NÍVEIS DE EMPENHAMENTO OPERACIONAL		Nº de Equipas	2018 Nº de Incêndios	Índice
Nível I	1 Jan a 14 Mai	0	0	0
Nível II	15 Mai a 31 Mai	2	0	0
Nível III	1 Jun a 31 Jun	2	0	0
Nível IV	1 Julh a 30 Set	5	0	0
Nível III	1 Out a 15 Out	5	0	0
Nível II	16 Out a 31 Out	1	1	1
Nível I	1 Nov a 31 Dez	0	1	0

Para as ações de vigilância, o número de equipas existentes, correspondem a uma equipa de sapadores florestais existente neste concelho e quatro postos de vigia dos concelhos vizinhos, uma vez que não existe nenhum posto de vigia no concelho de Tabuaço, contabilizando assim cinco equipas.

No que diz respeito ao período de intervenção da equipa de sapadores, nesta ação, prevê-se que atue de 15 de maio a 15 de outubro, como tem sido habitual.

Relativamente aos postos de vigia aqui representados, estes dividem-se em postos de vigia de rede primária (PVRP - Tarouca) e postos de vigia de rede secundária (PVRS - Lamego, Armamar e Penela da Beira), sendo que os PVRP estarão em funcionamento de 7 de maio a 6 de novembro enquanto que os PVRS estarão em funcionamento de 1 de julho a 15 de outubro.

4.3.1.2. 1ª Intervenção



Índice entre o número de incêndios, número de equipas e número de elementos de 1ª intervenção (2018)					
NÍVEIS DE EMPENHAMENTO OPERACIONAL		2018			
		Nº de Equipas	Nº de Elementos	Nº de Incêndios	Índice
Nível I	1 Jan a 14 Mai	0	5	0	0
Nível II	15 Mai a 31 Mai	2	10	0	0
Nível III	1 Jun a 31 Jun	2	10	0	0
Nível IV	1 Julh a 30 Set	2	10	0	0
Nível III	1 Out a 15 Out	2	10	0	0
Nível II	16 Out a 31 Out	1	5	1	1
Nível I	1 Nov a 31 Dez	0	5	1	0

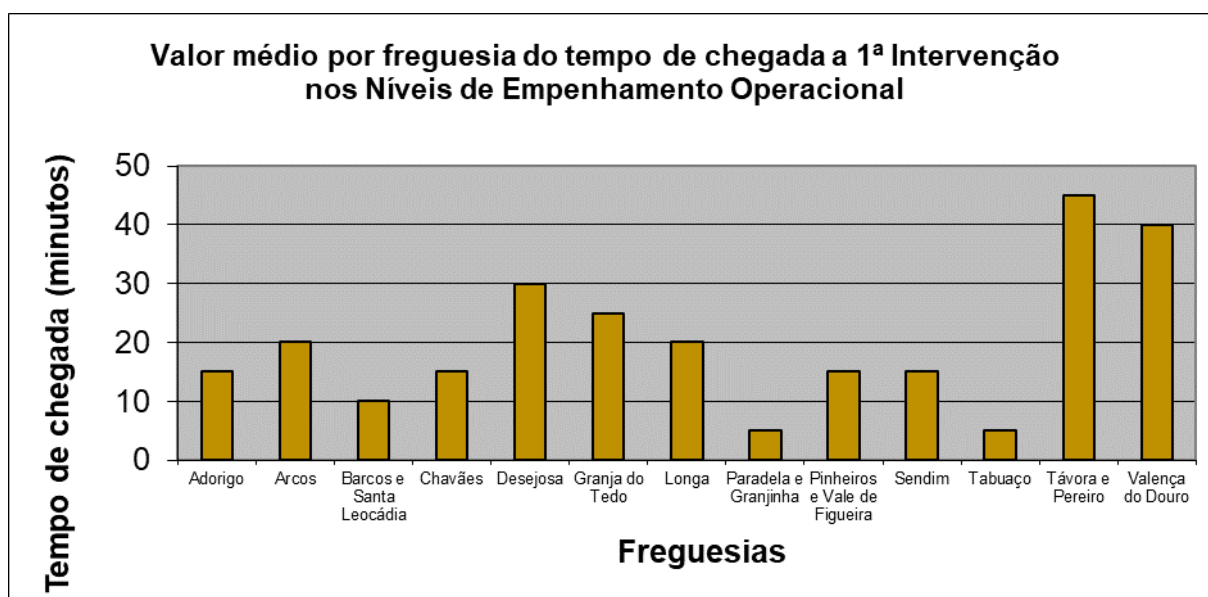
Relativamente às ações de 1ª intervenção, de referir que nos níveis de empenhamento operacional as equipas existentes correspondem a uma equipa de sapadores florestais deste concelho e a uma equipa da corporação de bombeiros voluntários de Tabuaço (EIP), contabilizando assim duas equipas.

Contudo, os bombeiros poderão apresentar mais que uma equipa, em todos os níveis de empenhamento operacional, atendendo a que têm previsivelmente disponíveis mais 65 elementos voluntários.

De realçar também que a GNR (GIPS), também estão disponíveis para as ações de 1ª intervenção, contando com cerca de 107 elementos para o Distrito de Viseu, estando também abrangido o concelho de Tabuaço.

O gráfico abaixo indica o tempo de chegada para a 1ª Intervenção, sendo que se considera o mesmo tempo de chegada em todos os níveis de empenhamento operacional.

Os dados dos incêndios aqui apresentados, são referentes ao ano de 2018, uma vez que até ao momento da apresentação do PMDFCI, o ICNF ainda não disponibiliza os incêndios de 2019. Relativamente ao número de elementos, estão contabilizados os elementos que integraram no POM apresentado em abril de 2019, correspondendo a 5 elementos de sapadores florestais e 5 elementos da equipa dos bombeiros de Tabuaço (EIP).



4.3.1.3. Rescaldo e vigilância pós-incêndio

ANO	Nº REACENDIMENTOS
2002	0
2003	1
2004	1
2005	0
2006	1
2007	0
2008	1
2009	2
2010	3
2011	2
2012	0
2013	3
2014	0
2015	2
TOTAL	16

Entre 2002 e 2015, dados estatísticos disponíveis, registaram-se 16 reacendimentos, sendo que o ano em que registou um maior nº de reacendimentos, foi 2010 e 2013, coincidindo também com o ano em que houve maior área ardida. Apesar de este número não ser muito elevado, o ideal é a sua abolição, pelo que os objetivos deste plano passam por essa intenção, tendo especial atenção na fase de rescaldo e vigilância pós-incêndio.

4.3.2. Planeamento das Ações

4.3.3. Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento

Apresentam-se de seguida as metas genéricas, no que se refere a este 3º eixo estratégico, para todo o concelho, incidindo sobretudo na área florestal existente. Assim, em todos os anos e durante todo a ano estas ações têm incidência na totalidade da área florestal.

Metas e Indicadores – Vigilância e Deteção, 1ª Intervenção, Combate, Rescaldo e Vigilância pós-incêndio (2020 – 2029)													
Indicadores mensuráveis													
Fases	Ação	Metas	Unidades	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Todos os níveis de empenhamento operacional	Vigilância e Deteção	Aumentar a eficácia de deteção	%	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	1ª Intervenção	Diminuir o tempo nas ações de 1ª intervenção	Min.	15	15	10	10	10	10	10	10	10	10
		Reduzir o número de grandes incêndios	%	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Reduzir o número de reacendimentos	Nº	<2	<2	0	0	0	0	0	0	0	0

No que à orçamentação do 3º eixo diz respeito torna-se difícil a sua apresentação, para as várias entidades envolvidas, uma vez que algumas funcionam até ao nível intermunicipal, de modo que se refere apenas a previsão do orçamento para as atividades que serão levadas a cabo pelo ICNF, tendo em conta a equipe de sapadores florestais existente no concelho de Tabuaço e os B.V. de Tabuaço.

Metas e Indicadores – Vigilância e Deteção, 1ª Intervenção, Combate, Rescaldo e Vigilância pós-incêndio (2020 – 2029)													
Indicadores mensuráveis (euros)													
Fases	Ação	Metas	Responsáveis	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Todos os níveis de empenhamento operacional	Vigilância e Deteção	Aumentar a eficácia de deteção	GNR, BVT, Município e ESF										
	1ª Intervenção	Diminuir o tempo nas ações de 1ª intervenção	GNR, BVT e ESF	40 000	40 000	40 000	40 000	40 000	40 000	40 000	40 000	40 000	40 000
		Reduzir o número de grandes incêndios											
	Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Reduzir o número de reacendimentos	BVT e ESF										
Total			40 000										

4.4. 4º EIXO ESTRATÉGICO

RECUPERAR E REABILITAR ECOSSISTEMAS

4.4.1. Avaliação

4.4.1.1. Estabilização de Emergência

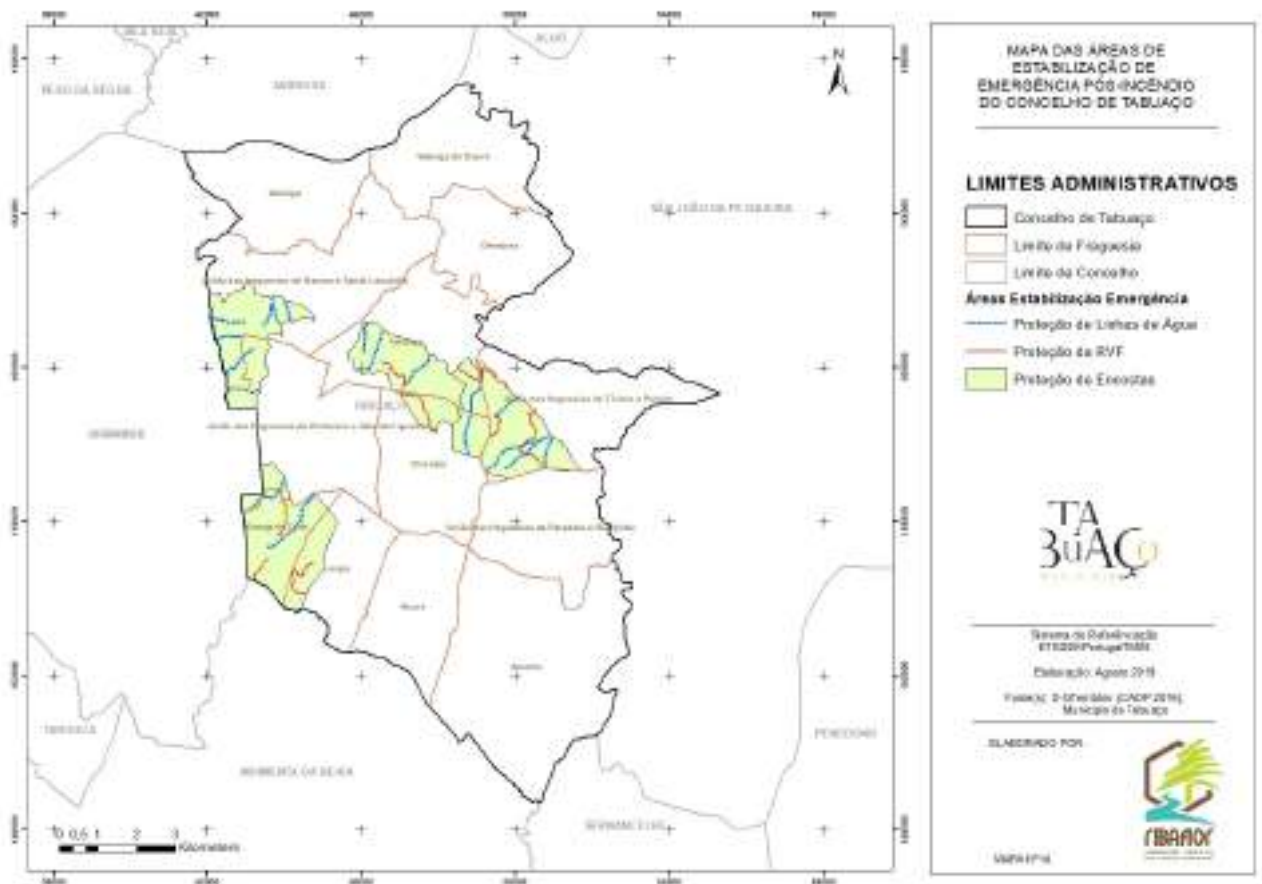
Neste ponto o objetivo será identificar áreas possíveis de restabelecer o potencial florestal e infraestruturas de proteção danificadas por agentes abióticos.

No passado, devido à ocorrência do grande incêndio de 2010 onde arderam cerca de 1500 ha, o município de Tabuaço, elaborou uma candidatura no âmbito da Estabilização de Emergência, para a área ardida, contemplando, a regularização e consolidação da superfície de caminhos, construção de valetas e valas de drenagem, limpeza e desobstrução dos leitos, obras de correção torrencial de pequena dimensão e sementeira de espécies de cobertura do solo.

Apesar de não se terem verificado mais situações semelhantes nos últimos anos, este Município, prevê já algumas ações a efetivar no âmbito da estabilização de emergência, aquando a ocorrência de um grande incêndio, nomeadamente:

- Recuperação de infraestruturas afetadas;
- Controlo de erosão, tratamento e proteção de encostas;
- Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água;
- Diminuição da perda da biodiversidade.

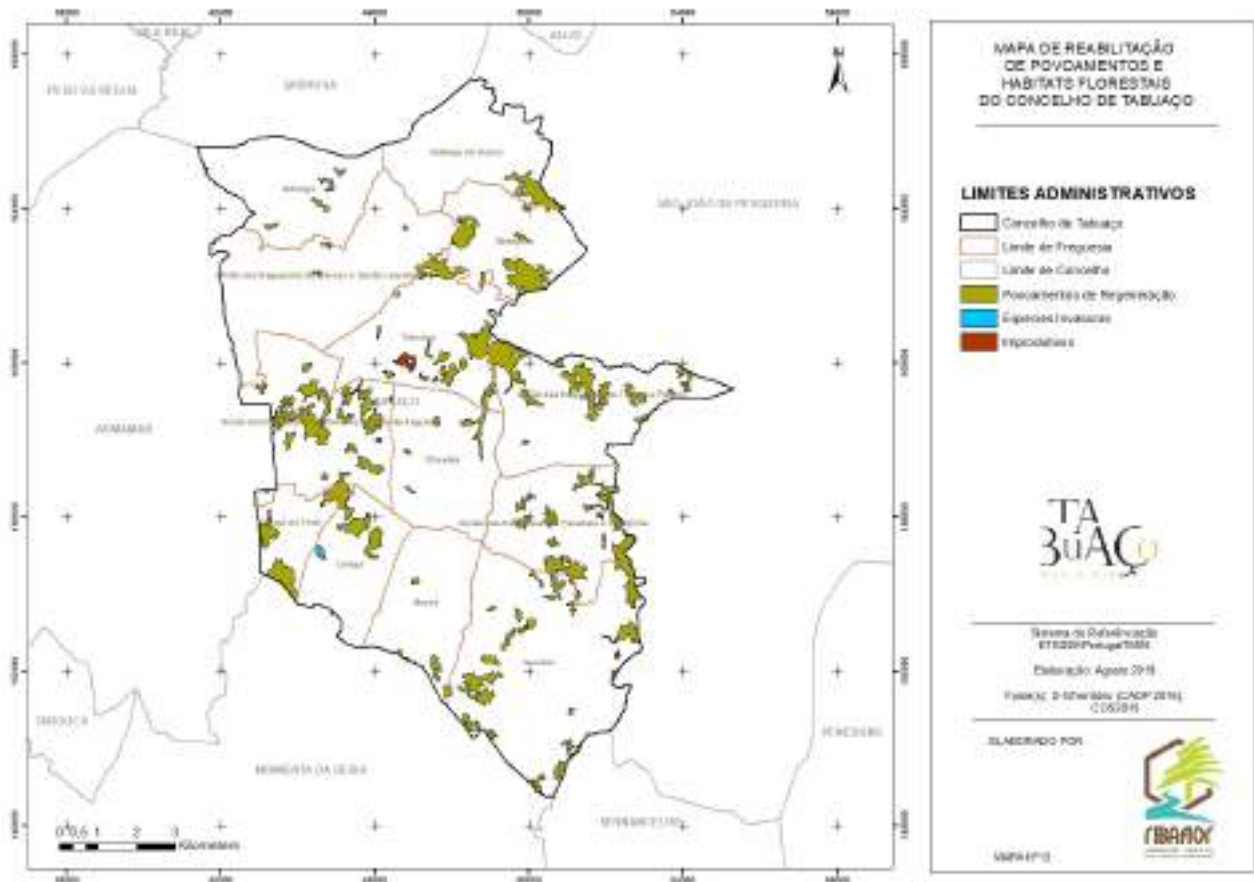
Contudo, após observação do histórico de incêndios e tendo por base a cartografia dos declives e ocupação do solo, apresenta-se de seguida algumas áreas que no futuro possam necessitar de intervenção a nível de estabilização de emergência após-incêndio. Estas áreas foram definidas com o objetivo da conservação da água e do solo e conservação da rede viária florestal.



4.4.1.2 Reabilitação de povoamentos e habitats florestais

Neste parâmetro ainda não existe, um levantamento exaustivo das áreas a intervir. No entanto, e tendo em conta a necessidade de intervenção que poderá advir da ocorrência de novos incêndios, considera-se importante neste ponto apresentar as áreas de regeneração natural de povoamentos de folhosas, nomeadamente, áreas de carvalho, sobreiro e azinheira, com vista a conservar estas manchas florestais.

Estão também representadas as espécies invasoras e as áreas dos improdutivos, como áreas sem capacidade de recuperação, atendendo à conservação de espécies e habitats florestais.



4.4.2. Planeamento

4.4.2.1 Estabilização de Emergência e Reabilitação de povoamentos e habitats

Neste campo, prevê-se adotar procedimentos para a efetivação da estabilização de emergência, das áreas percorridas por incêndios, bem como para a reabilitação de povoamentos e habitats florestais.

Além das medidas já adotadas em casos de estabilização de emergência após incêndio, no ponto anterior, há necessidade também de pensar na reabilitação de povoamentos e habitats naturais, com vista a preservar essas manchas, infraestruturando e requalificando os espaços florestais de acordo com princípios de DFCI e boas práticas florestais.

Das ações a desenvolver no âmbito do atrás descrito após o estudo e recolha de informação sobre os assuntos abordados, preconiza-se

Promover Ações de Silvicultura em Zonas de Regeneração Natural

A limpeza de matos não deve constituir uma ameaça à regeneração natural. A condução da regeneração natural existente é uma das medidas de florestação mais inteligentes a utilizar.

É necessário intervir à medida que a regeneração natural se desenvolve. Os elementos mais interessantes têm de ser preservados, para que venham constituir o andar de espécies dominantes. No concelho há algumas zonas de regeneração em que tem de se intervir. Os cuidados culturais a ter em conta são as limpezas de mato, desbastes do andar dominado e desramações nos andares dominantes, para que as novas árvores cresçam bem conformadas.

As manchas de vegetação autóctone, a par da vegetação ripícola e dos lameiros, constituem efetivas barreiras naturais à propagação de incêndios. Deste modo, preconiza-se a limpeza e condução de manchas ou núcleos de regeneração natural autóctone sempre que as suas características possam vir a possibilitar a criação de áreas de contenção de fogos.

Promover Ações de Silvicultura em Zonas de Linhas de Água

Nas linhas de água, que devido à elevada sensibilidade ecológica e paisagística que apresentam, será prevista a realização de limpezas manuais ligeiras a moderadas, ao longo das que apresentem maior acumulação de combustível suscetível de promover a propagação de fogo, de forma a aumentar o “efeito-tampão” produzido por estes locais.

Assim, a gestão das galerias ribeirinhas deverá ter em atenção, por um lado, a maior importância e sensibilidade ecológica destes espaços e, por outro, a necessidade de evitar que estas formações se transformem em corredores preferenciais na propagação dos fogos, como vem sucedendo com alguma frequência (devido quer à sua posição topográfica, quer à elevada densidade e continuidade do combustível, quer ainda à alta inflamabilidade em condições climatéricas e edáficas desfavoráveis).

Promover Ações de Gestão de Pastagens

O uso do fogo controlado constituirá uma ferramenta importante para gerir os matos inconvenientes em zonas de pastoreio, evitando desta forma o fogo intencional (causas humanas).

Dever-se-ão promover pastagens melhoradas, sempre que possível, nas zonas desarborizadas.

Promover Ações em Áreas Desarborizadas com Características Especiais

Também no âmbito da silvicultura preventiva poderão ser instaladas cortinas de abrigo, com o objetivo de reduzir localmente a velocidade do vento e intercetar faúlhas e outros materiais incandescentes. Estas deverão estar estrategicamente localizadas em áreas desarborizadas (fundos de vales com elevada pendente, cumeadas, portelas, cristas de escarpa ou faixas de proteção a linhas elétricas) e ser perpendiculares à direção predominante do vento.

Atividades de Estudo	Calendarização	Responsabilidade
Cadastro de áreas de pastoreio e pastores	De 1/01/2021 até 30/06/2022	GTF
Cadastro de áreas com reconhecida importância de regeneração natural	De 1/01/2023 até 30/06/2024	GTF
Levantamento das Manchas Florestais de espécies autóctones a defender	De 1/01/2025 até 30/06/2026	GTF
Monitorização das linhas de água para identificação de eventuais situações que necessitem de Intervenção	De 01/01/2020 até 31/12/2020 De 01/01/2023 até 31/12/2023 De 01/01/2025 até 31/12/2025 De 01/01/2028 até 31/12/2028	GTF

Orçamento das Ações Propostas – Recuperar e Reabilitar Ecossistemas (2020 a 2029)											
Ações	Responsáveis	Indicadores mensuráveis (euros)									
		2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Cadastro de áreas de pastoreio e pastores	GTF	0	2 000	2 000	0	0	0	0	0	0	0
Cadastro de áreas com reconhecida importância de regeneração natural	GTF	0	0	0	2 000	2 000	0	0	0	0	0
Levantamento das Manchas Florestais de espécies autóctones a defender	GTF	0	0	0	0	0	2 000	2 000	0	0	0
Monitorização das linhas de água para identificação de eventuais situações que necessitem de Intervenção	GTF	1 000	0	0	1 000	0	1 000	0	0	1 000	0
Total		1000	2 000	2 000	3 000	2 000	3 000	2 000	0	1 000	0

Apenas se apresenta o orçamento para o estudo sendo que o orçamento para as ações decorrentes do mesmo se apresentará apenas quando se verificar condições de execução das mesmas.

4.5. 5º EIXO ESTRATÉGICO

ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

3.5.1 Avaliação

Tipo de Formação	Entidade a Formar	N.º de Elementos
9986 / Vigilância e primeira intervenção em incêndios rurais	Sapadores Florestais	5
9987 / Técnicas de rescaldo	Sapadores Florestais	5
9989 / A Floresta e o setor florestal em Portugal	Sapadores Florestais	5
9990 / Comportamento do fogo em espaços rurais	Sapadores Florestais	5
5377 / Fogo controlado – apoio	Sapadores Florestais	5
9991 / Proteção de povoamentos florestais contra agentes nocivos	Sapadores Florestais	5
9992 / Controlo e erradicação de espécies invasoras lenhosas	Sapadores Florestais	5
9993 / Constituição e manutenção de infraestruturas florestais	Sapadores Florestais	5
9994 / Recuperação de áreas ardidas e reabilitação de povoamentos e habitats naturais	Sapadores Florestais	5
9995 / Prevenção de incêndios florestais e rurais na interface urbano-florestal	Sapadores Florestais	5
9996 / Sensibilização ambiental para a proteção e defesa da floresta e de outros espaços rurais	Sapadores Florestais	5
9997 / Cartografia – noções básicas	Sapadores Florestais	5
9998 / Podas e desbastes	Sapadores Florestais	5
3122 / Regeneração e instalação de povoamentos florestais	Sapadores Florestais	5
9999 / Medições florestais – noções básicas	Sapadores Florestais	5
3127 / Prevenção de incêndios florestais	Sapadores Florestais	5
8354 / Segurança e saúde no trabalho florestal	Sapadores Florestais	5
10000 / Legislação aplicável à atividade florestal	Sapadores Florestais	5
10001 / Desbastes	Sapadores Florestais	5
4345 / Áreas protegidas	Sapadores Florestais	5
4429 / Arbustos e herbáceas	Sapadores Florestais	5
9655 / Recursos Florestais	Sapadores Florestais	5
10002 / Recursos hídricos no contexto rural	Sapadores Florestais	5
10003 A / Gestão dos montados de sobro e de azevinho	Sapadores Florestais	5
8371 / Motorroçadoras – constituição, utilização e manutenção	Sapadores Florestais	5
4546 / Operações preparatórias para abate de arvoredo	Sapadores Florestais	5
4552 / Utilização da motosserra nas operações florestais	Sapadores Florestais	5

Tipo de Formação	Entidade a Formar	N.º de Elementos
8367 / Destroçadores e estilhaçadores	Sapadores Florestais	5
8358 / Tratores agrícolas adaptados ao trabalho florestal – constituição, funcionamento e manutenção	Sapadores Florestais	5
9596 / Condução e operação com o trator em segurança	Sapadores Florestais	5
3129 / Recolha de produtos florestais – sementes, frutos e pinhas	Sapadores Florestais	5
3131 / Recolha de produtos florestais – resinagem	Sapadores Florestais	5
10004 / Operações com motosserra em segurança	Sapadores Florestais	5
4548 / Equipamentos auxiliares	Sapadores Florestais	5
10005 / Gestão de equipas e conflitos	Sapadores Florestais	5
10006 / Ética e deontologia na organização no trabalho em equipa	Sapadores Florestais	5
5380 / Contabilidade e gestão florestal – noções básicas	Sapadores Florestais	5
0403 / Relacionamento interpessoal	Sapadores Florestais	5
9263 / Produtos fitofarmacêuticos – aplicação com equipamentos de pulverização manual	Sapadores Florestais	5
9281 / Instalação solar térmica – circulação forçada em “drain back”	Sapadores Florestais	5
9261 / Produtos fitofarmacêuticos – uso sustentável – avaliação	Sapadores Florestais	5
5883 / Técnicas de informação, comunicação e negociação	Sapadores Florestais	5
7852 / Perfil e potencial do empreendedor – Diagnóstico / Desenvolvimento	Sapadores Florestais	5
7853 / Ideias e oportunidades de negócio	Sapadores Florestais	5
7854 / Plano de negócio – criação de micronegócios	Sapadores Florestais	5
7855 / Plano de negócio – criação de pequenos e médios negócios	Sapadores Florestais	5
8598 / Desenvolvimento pessoal e técnicas de procura de emprego	Sapadores Florestais	5
8599 / Comunicação assertiva e técnicas de procura de emprego	Sapadores Florestais	5
8600 / Competências empreendedoras e técnicas de procura de emprego	Sapadores Florestais	5
9820 / Planeamento e gestão do orçamento familiar	Sapadores Florestais	5
9821 / Produtos financeiros básicos	Sapadores Florestais	5
9822 / Poupança – conceitos básicos	Sapadores Florestais	5
9823 / Crédito e endividamento	Sapadores Florestais	5
Extinção de incêndios rurais - iniciação	B. V. Tabuaço	10
Extinção de incêndios rurais - desenvolvimento	B. V. Tabuaço	10
Manobras de desencarceramento	B. V. Tabuaço	10
Salvamento rodoviário - iniciação	B. V. Tabuaço	10
Salvamento rodoviário - desenvolvimento	B. V. Tabuaço	10
Escoramentos em edificado - iniciação	B. V. Tabuaço	10
Salvamentos em grande ângulo - iniciação	B. V. Tabuaço	10
Salvamentos em grande ângulo - desenvolvimento	B. V. Tabuaço	10
Primeiros Socorros psicológicos	B. V. Tabuaço	10

Tipo de Formação	Entidade a Formar	N.º de Elementos
Telecomunicações - iniciação	B. V. Tabuaço	10
Condução de embarcações de socorro na atividade de bombeiro	B. V. Tabuaço	10
Condução defensiva na atividade de bombeiro	B. V. Tabuaço	10
Condução fora de estrada na atividade de bombeiro	B. V. Tabuaço	10
Acidentes com matérias perigosas - iniciação	B. V. Tabuaço	10
Acidentes com matérias perigosas - desenvolvimento	B. V. Tabuaço	10
Liderança na atividade de bombeiro - iniciação	B. V. Tabuaço	10
Nadador salvador – nível 1	B. V. Tabuaço	10
Cartografia Digital	Técnico do GTF	1

3.5.1.1 Formação

Neste momento apenas apresentamos as necessidades de formação para a equipe de sapadores florestais deste Concelho, de acordo com o catálogo de sapador florestal.

3.5.2 Planeamento das Ações

3.5.2.1 Organização SDFCI

Áreas e vertentes Decreto-Lei n.º 124/2006, à sua atual redação		SDFCI – Competências de Coordenação e Competências significativas										
		Prevenção Estrutural			Prevenção				Combate			
Entidades		Planeamento DFCI	Organização do Território, silvicultura e infraestruturas	Sensibilização e divulgação	Vigilância e Patrulhamento	Deteção	Fiscalização	Investigação de causas	1ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós- incêndio
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas	reg										
Outros proprietários e Gestores Florestais		loc		nac/reg/dist/mun								
Municípios	CMDF/GTF	mun		mun/loc								
	SMPC	mun		mun/loc								
	Outros Serviços Municipais			mun/loc								
Juntas de Freguesia		loc										
Exército	Engenharia Militar											
	Outras unidades											
Equipa de Sapadores Florestais												
Entidades Detentoras de Máquinas												
Entidades Gestoras de Zonas de Caça												
GNR	GIPS			loc								
	SEPNA			loc								
	Brigadas Territoriais											
ANEPC	CNOS/Meios Aéreos	nac		nac					nac	nac	nac	nac
	CDOS	dist							dist	dist	dist	dist
	Equipas de Combate a Incêndios											
Bombeiros Voluntários de Tabuaço (com EIP)				mun/loc								
Municípios, proprietários florestais e visitantes												

nac- nacional, reg- regional, dist- distrital, mun- municipal, loc- local

	Sem intervenção significativa		Com competências significativas		Com competências de coordenação		Deveres cívicos
--	-------------------------------	--	---------------------------------	--	---------------------------------	--	-----------------

Tipo de Formação	Entidade a Formar	Nº	Orçamento									
			2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
9986 / Vigilância e primeira intervenção em incêndios rurais	Sapadores Florestais	5	1 250	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9987 / Técnicas de rescaldo	Sapadores Florestais	5	1 250	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9989 / A Floresta e o setor florestal em Portugal	Sapadores Florestais	5	0	1 250	0	0	0	0	0	0	0	0
9990 / Comportamento do fogo em espaços rurais	Sapadores Florestais	5	0	0	1250	0	0	0	0	0	0	0
5377 / Fogo controlado – apoio	Sapadores Florestais	5	0	0	0	1250	0	0	0	0	0	0
9991 / Proteção de povoamentos florestais contra agentes nocivos	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	1250	0	0	0	0	0
9992 / Controlo e erradicação de espécies invasoras lenhosas	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	0	1250	0	0	0	0
9993 / Constituição e manutenção de infraestruturas florestais	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	0	0	1250	0	0	0
9994 / Recuperação de áreas ardidas e reabilitação de povoamentos e habitats naturais	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	0	0	0	1 250	0	0
9995 / Prevenção de incêndios florestais e rurais na interface urbano-florestal	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	0	0	0	0	1250	0
9996 / Sensibilização ambiental para a proteção e defesa da floresta e de outros espaços rurais	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1250
Extinção de incêndios rurais - iniciação	B.V. Tabuaço	10	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Extinção de incêndios rurais - desenvolvimento	B.V. Tabuaço	10	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Manobras de desencarceramento	B.V. Tabuaço	10	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Salvamento rodoviário - iniciação	B.V. Tabuaço	10	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Salvamento rodoviário - desenvolvimento	B.V. Tabuaço	10	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000

Tipo de Formação	Entidade a Formar	Nº	Orçamento									
			2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Escoramentos em edificado - iniciação	B.V. Tabuaço	10	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Salvamentos em grande ângulo - iniciação	B.V. Tabuaço	10	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Salvamentos em grande ângulo - desenvolvimento	B.V. Tabuaço	10	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Primeiros Socorros psicológicos	B.V. Tabuaço	10	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Telecomunicações - iniciação	B.V. Tabuaço	10	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Condução de embarcações de socorro na atividade de bombeiro	B.V. Tabuaço	10	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Condução defensiva na atividade de bombeiro	B.V. Tabuaço	10	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Condução fora de estrada na atividade de bombeiro	B.V. Tabuaço	10	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Acidentes com matérias perigosas - iniciação	B.V. Tabuaço	10	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Acidentes com matérias perigosas - desenvolvimento	B.V. Tabuaço	10	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Liderança na atividade de bombeiro - iniciação	B.V. Tabuaço	10	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Nadador salvador – nível 1	B.V. Tabuaço	10	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Cartografia Digital	Técnico do GTF	1	0	0	0	0	1000	0	0	0	0	0
Total			19 500	18 250	18 250	18 250	19 250	18 250	18 250	18 250	18 250	18 250

Tendo em conta o período de vigência deste PMDFCI, apenas se apresenta o orçamento para a formação de alguns dos módulos dos sapadores de acordo com o referencial de formação de sapador Florestal, sendo os elementos que se apresentam com necessidade de formação. A formação está dependente da existência de entidades como o ICNF ou externas que proporcionem a mesma, até de forma gratuita.

A CMDF tem o apoio técnico do GTF do Município de Tabuaço financiado pelo Fundo Florestal Permanente:

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL
Eng. ^a Maria João Moutinho

Cronograma	Ordem de trabalhos
1 fevereiro a 31 de março	Reunião preparatória para a elaboração do Plano Operacional Municipal Aprovação do plano operacional municipal
1 abril a 15 de junho	Definir o início da época estival e ajuste entre as diversas entidades envolvidas nas ações a realizar
novembro/dezembro	Balanço do período e monitorização do PMDFCI
Sempre que se justifique a CMDF reunirá fora destas datas	

A CMDF elaborou o presente PMDFCI para um período de 10 anos, de 2020 a 2029, com revisão anual ou sempre que a mesma o considere necessário;

A revisão do POM será anual tendo, o mesmo, que ser aprovado até dia 15 de abril do ano em questão;

A CMDF monitoriza o desenvolvimento das ações previstas nos programas de ação do PMDFCI, efetuando um relatório de execução no final de cada ano de vigência do plano com a colaboração técnica do GTF.

Eixos Estratégicos	Estimativa de Orçamento Total (Euros) (2020 a 2029)										Total/eixo
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	
1º Eixo Estratégico	348 758	460 943	303 935,50	793 324	716 334	286 330	340 859	320 447,50	290 044	336 118	4 197 093
2º Eixo Estratégico	2 600	4 600	3 100	2 600	6 100	2 600	4 600	4 100	2 600	6 100	39 000
3º Eixo Estratégico	40 000	40 000	40 000	40 000	40 000	40 000	40 000	40 000	40 000	40 000	400 000
4º Eixo Estratégico	1 000	2 000	2 000	3 000	2 000	3 000	2 000	0	1 000	0	16 000
5º Eixo estratégico	19 500	18 250	18 250	18 250	19 250	18 250	18 250	18 250	18 250	18 250	13 750
Total/Ano	411 858	525 793	367 286	857 174	783 684	350 180	405 709	382 798	351 894	400 468	4 836 843
Total PDMFCI										4 836 843	

ANEXO

CARTOGRAFIA